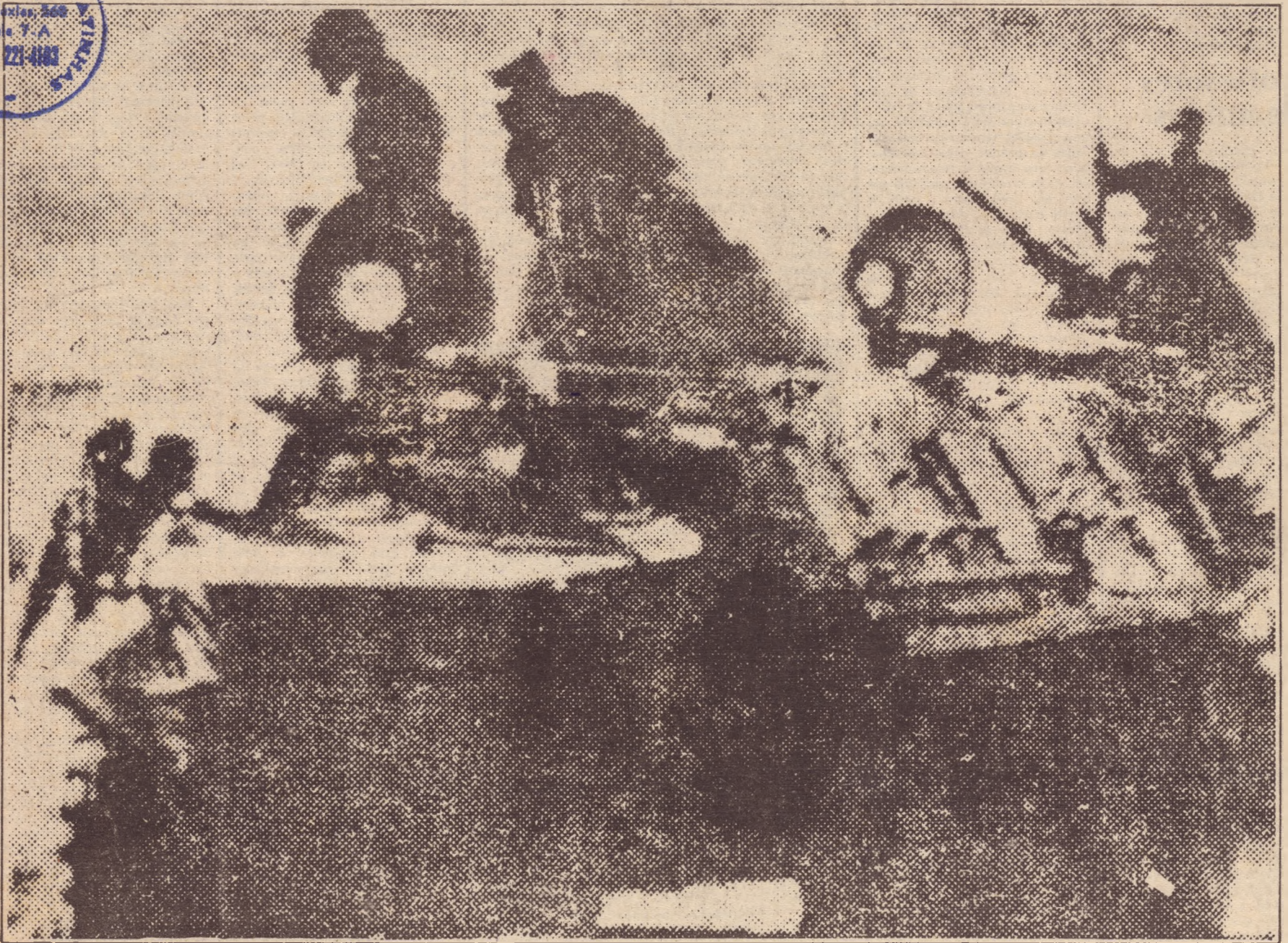
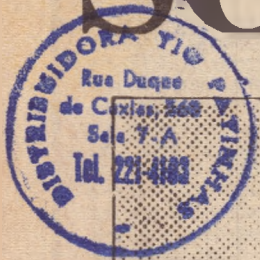


EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano III • Nº 96 • 10 a 16 de janeiro de 1980 • Cr\$ 20,00

PORQUE A UNIÃO SOVIÉTICA INVAADE

Pág. 3



Bettelheim e Mandel debatem o expansionismo soviético

Págs. 4 e 5

Itala Nandi:

A legalização do aborto já!

Pág. 14

Rio Grande do Sul

Milhares de agricultores saem em passeata

Pág. 16

PT lança novo manifesto

Pág. 6

pisando em ovos

Cláudio Strasburguer, um dos deputados federais mais votados da Arena Gaúcha, proprietário das fábricas de calçados Strasburguer, das nacionalmente conhecidas sandálias Franciscano, no final do ano teve um prêmio por reconhecimento. Seu lema na campanha eleitoral — Strasburguer, você sabe onde pisa! — começa a ganhar novo significado. O resultado da CPI que investigava a corrupção existente na Cia Estadual de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, quando Strasburguer era o Secretário de Indústria e Comércio do Estado, concluiu pela responsabilização criminal do ilustre deputado e do presidente da empresa, sr Carlos Antonio Anschau.

O caso investigado envolve a compra de terras no município de Bagé para instalação do Polo Protóico, pelas quais a CEDIC pagou um preço astronômico, num claríssimo caso de malversação do dinheiro público.

professores demitidos

Diversas entidades, entre as quais a Associação dos Sociólogos do Brasil, o CBA de Minas Gerais e o DCE da Universidade Federal de Viçosa; além de quase três dezenas de intelectuais, onde se inclui Alain Touraine (Diretor do Centro de Estudos e Movimentos Sociais da Escola Prática de Altos Estudos — Paris 6 — Sorbonne) divulgaram um abaixo-assinado onde denunciam e manifestam-se estarecidos com a demissão dos professores-sociólogos Ibis Ferreira Soares Brandão e Edgard Malagode, pela Universidade Federal de Viçosa. Ambos eram os dois únicos sociólogos do mestrado de sociologia rural daquela universidade. Além deles foram também demitidos sumariamente o antropólogo Sebastião Geraldo Henriquez e o músico Octávio Brenque Soares Brandão.

O abaixo-assinado diz que a demissão dos professores pela Universidade Federal de Viçosa ocorreu porque estes ensaiaram "uma análise crítica, indispensável ao pensamento científico-cultural" e classifica a atitude da Universidade como "anti-científica".

torres luta contra o fim

Torres, pequeno município do litoral norte do Rio Grande do Sul, vive atualmente problemas agudos na ocupação do solo. Tradicional centro de veraneio da burguesia gaúcha, a cidade tem hoje esgotado o espaço destinado às casas e prédios de veraneio. Este parece ser o fator principal que impede as empresas de loteamento e o prefeito a não só expulsar a população pobre, como também a modificar drasticamente o meio ambiente.

A denúncia de tais procedimentos começou já há algum tempo, através da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) e de seu presidente, José Lutzemberger. Primeiro alertaram a opinião pública com denúncias nos meios de comunicação. Depois, foram mais além. Mobilizaram a própria população de Torres, pescadores e pequenos roceiros, contra os atos arbitrários da prefeitura, lançando dois temas na campanha: a defesa do meio ambiente e a garantia de posse da terra e condições de trabalho à população local. Mas os agricultores, em número de 50, não ficaram para trás. Fizeram um abaixo-assinado ao governador onde manifestam sua inconformidade com as obras de drenagem levadas adiante pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS — que está provocando enchentes, acabando com a pesca natural e facilitando a entrada de água salgada nas lavouras, provocando grandes prejuízos.

multiplicar as antecipações

1979 deixa lições para o movimento operário. Uma lição evidente é que sob uma inflação tão violenta os trabalhadores têm que mudar de tática. Não dá para descontar de sopetão, em dois golpes, segundo a nova sistemática de reajuste, toda a inflação acumulada em seis meses. O governo e os patrões não o permitirão, por um lado; por outro e simetricamente, os trabalhadores ainda não têm forças para impor semelhantes conquistas. Logo, resta o caminho da retaliação, isto é, não cair no erro de travar batalhas decisivas como a própria guerra: o exemplo da greve dos metalúrgicos de São Paulo e da própria greve do ABC.

Assim como foi a realidade das antecipações semestrais conquistadas na prática pelos trabalhadores que impôs a regulamentação de dois reajustes salariais por ano, não seria agora o caso de partir para mais duas antecipações no meio de cada semestre? Os trabalhadores não aguentarão seis meses com uma inflação de 100% ao ano para obter os reajustes de seus salários. Com a retaliação das antecipações continuadas o espaço entre os "rush" organizativos das greves, ou paralisações por seção, ou operação tartaruga, seja lá o que for, diminuirá dando maior solidez e continuidade ao trabalho sindical cotidiano. A possibilidade de conseguir ganhos reais aumenta, pois os capitalistas absorverão mais facilmente aumentos menores e assim vai.

O que não será mais possível aos trabalhadores é absorver com perdas reais o aumento brutal do custo de vida (75,7 por cento em Porto Alegre, 80 e tantos por cento em Belo Horizonte, em 1979). Cabe ainda dizer que se nós pensamos os sempre com base nas atuais circunstâncias políticas, os operários pautam sua ação por outros princípios. (Francisco Paulo Cipolla)

encostando francelino na parede

Tentando dar uma aparência democrática ao seu governo, que se caracterizou por ações como a repressão aos movimentos grevistas e as frequentes ocorrências de torturas a presos comuns, Francelino "pauleira" surpreende a cada dia com declarações e gestos inusitados. Sua última e surpreendente declaração de que "diverziu em 68 dos rumos da revolução" e seu comparecimento a posse da nova diretoria do Clube Atlético Mineiro, o mais popular time de futebol de Minas são exemplos desse "novo estilo".

Mas a operação mais arrojada neste sentido foi a campanha "E na sua opinião?" desfechada maciçamente através de rádios, tv, out-doors, etc. Para legitimar o planejamento econômico do Estado, conhecido pela preferência dada aos grandes grupos econômicos e financeiros, o Governo lançou a milionária campanha, para que todos, através de cartas, enviassem suas sugestões para a elaboração do III Plano Mineiro de Desenvolvimento.

O que Francelino não esperava é que alguém realmente tentasse provar o gostinho da democracia na prática. Pois foi o que aconteceu: no dia 5 de Dezembro cerca de 31 bairros da Periferia de Belo Horizonte, que compõem o Movimento Pró-Federação de Associações Comunitárias, entregaram pessoalmente as suas reivindicações, mas não ficaram só nisso. O movimento exigiu também participação de representantes na Comissão encarregada pelo governo para estudar as reivindicações e deu prazo para a resposta.

Assim, no próximo dia 20 será realizada uma Assembleia Geral de todos os bairros, para a qual foi convidado um representante do Governo para dar as devidas explicações. A assembleia será no Sindicato dos Bancários, às 9h e está sendo convocada amplamente nos Bairros. E agora Francelino?



Francelino "Pauleira" em novo estilo.

cineclubes têm encontro

Reunindo cerca de 200 entidades de Norte a Sul do País, para discutir temas como "Cultura Popular", "Rumos da Produção Cinematográfica" será realizada no período de 5 a 9 de Fevereiro, em Brasília, a XIV Jornada Nacional de Cineclubes.

Há 11 anos atrás, em 68 realizava-se também em Brasília a Jornada Nacional que já antevia os primeiros momentos do vazio cultural que estava se gestando no país com a escalada repressiva do regime.

Hoje, passado o período de resistência, os cineclubes tentam definir novas formas e espaços de atuação, que superem a sempre repetida prática dos ciclos de cinema, hoje já ultrapassada pelas iniciativas dos próprios cinemas comerciais exibindo filme como "O último Tango em Paris", as últimas obras de Bergman, etc.

Assim vai surgindo no movimento cineclubista a discussão dos novos desafios existentes e a necessidade de se avançar na definição de um novo papel para os cineclubes, que aponta para o desenvolvimento a partir destes, de um novo tipo de cinema, desvinculado das preocupações comerciais e colado ao desenvolvimento das lutas populares. Esse novo cinema começa a surgir já em 79, em que filmes sobre greves, como "Braços Cruzados, Máquinas Paradas" e "Greve" só chegam as telas através dos cineclubes.

O debate, no entanto, apenas se inicia. Em cada estado vão se realizar encontros Regionais, as Mini-Jornadas, onde estas e outras questões estarão certamente agitando as discussões. Corroando esse processo, a XIV Jornada pode representar um momento de efetivo avanço, possibilitando a gestação de um movimento vivo e criativo.

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO É CADA UM DE NOS E RESPONSÁVEL

LIBERDADE PARA FLÁVIA



Este anúncio será publicado por este jornal de acordo com a liberação de Flávia

a história de um torturado

"E de repente me pergunto como é possível um homem guardar tamanha lucidez, tanto amor e tão profunda sensibilidade diante de um País e de uma sociedade, a quem deu tudo, como no samba, sem nada pedir, e só teve violência e injustiça".

A pergunta é de Sebastião Nery. O homem seu amigo, é Dimas Perrin, mineiro de Conselheiro Lafaiete, filho de pais humildes e com uma vida inteira dedicada às causas populares. Vida, por isso mesmo, atribulada e pontilhada de encontros com o terror da polícia e da repressão. A primeira vez, quando redator do "Jornal do Povo", semanário, de orientação do Partido Comunista Brasileiro: a polícia invadiu a gráfica, sequestrou Dimas, deixando-o desacordado e arrebatado numa vala do ribeirão Arrudas. Da segunda vez, em agosto de 1954 quando a polícia o prendeu, junto com outros companheiros, acusados de "insultar" a depredação do Consulado Americano pela população quando do suicídio de Getúlio. Da terceira vez, já clandestino, depois do golpe de 64, preso e massacrado no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Sobrevivente do terror, Dimas registra a sua experiência no livro "Depoimento de um Torturado". O livro, será lançado nesta quinta-feira, dia 10, às 20 horas em Belo Horizonte, na casa do Jornalista.

ptb sobe na bolsa partidária

A investida trabalhista na periferia da Grande São Paulo permitiu ao PTB realmente ganhar alguns pontos na «bolsa partidária». Ele conta agora com uma série de adesões municipalistas como Tito Costa, prefeito de São Bernardo, Francisco Amaral, de Campinas, Joaquim Beviláqua, de São José dos Campos, Theodoro Mendes de Sorocaba e Guaçu Piteri, de Osasco. São prefeituras em municípios chaves, densamente industrializados e com um proletariado nada desprezível. O que não deixa de ser um «rush» político considerável para quem se propõe a montar diretórios em todos os municípios paulistas antes das eleições de 1982.

Mas, se o esquema brizolista pode funcionar como manobra de cúpula, nestes últimos acordos o trabalhismo vem demonstrando, cada vez mais, sua verdadeira face: obter as mais espúrias adesões para conseguir-se legitimar não como um partido dos explorados, mas como um «partido da ordem» de leve colorido socializante. Apesar dos inúmeros desmentidos de seus assessores paulistas mais próximos, Brizola conta com a volta do ex-presidente Jânio Quadros como candidato ao governo do Estado de São Paulo enquanto Jânio alimenta esperanças de se lançar como candidato ao senado pelo PTB, único cargo eletivo que ele ainda não ocupou no país.

É realmente dose. (AM)

pmdb em busca de novas polêmicas

No próximo dia 15, os organizadores do PMDB, tentarão chegar a um acordo em Brasília. Aí os fundadores do partido escolherão formalmente a Executiva Nacional, as executivas estaduais e os projetos de programa e estatutos. Em pauta certamente entrarão os temas sobre o caráter do partido (partido ou frente?) e seu eixo centrado na aliança explícita entre liberais e parte da esquerda, tentando assim criar um partido moderado de esquerda. Mas a reunião pemedebista do dia 15 poderá tratar ainda de uma questão que aparentemente estava resolvida: a do nome do partido. Dado o crescimento recente do PTB em São Paulo, com a adesão de prefeitos de importantes municipalidades, vem ganhando corpo a idéia da criação de uma Tendência Trabalhista dentro do partido assim como já existe a Tendência Popular.

Seu principal objetivo seria o de impedir a fuga de parlamentares simpáticos a um «trabalhismo renovado» para o PTB de Brizola e, para os articuladores da proposta (entre eles, o deputado Almir Pazzianotto), seria importante que a palavra «trabalhista» contasse explicitamente do nome do partido que poderia se chamar Partido Trabalhista Renovador ou Partido Trabalhista Popular.

Mas essa discussão não muda em nada a discussão mais de fundo sobre o caráter do PMDB. Sua ala esquerda fala constantemente em reforçar os movimentos das massas populares. Tem a pretensão de vir a ser o porta voz das aspirações do povo no Parlamento. Porém apega-se com unhas e dentes a uma aliança com os liberais democratas numa conjuntura em que o proletariado brasileiro começa a confiar em suas próprias forças correndo o risco de preconizar um partido liberal democrata burguês e não um partido de bases operárias e populares. Como pode ser depreendido das afirmações recentes de Fernando Henrique: o PMDB deve se constituir como um partido sólido «capaz de defender o capitalismo nacional e não o capitalista, jamais o interesse do empresariado como classe. Um partido capaz de unir os trabalhadores à classe média».

Mas será que a força motriz de um progresso social estará contida na idéia de «unir os trabalhadores às classes médias» ou seria no seu inverso, isto é unir as classes médias ao movimento autônomo das classes trabalhadoras? (AM)

bispo engrossa campanha pró-repressão

A brutalidade a que foi submetido o Cardeal D. Vicente Scherer - dia 31 foi sequestrado depois de rezar uma missa em um bairro de Porto Alegre e abandonado nu na periferia de Porto Alegre, com vários pontos de faca pelo corpo está sendo muito bem aproveitada pelas autoridades gaúchas. A grande imprensa encarregou-se de transformar o cardeal num mártir da violência urbana e o atentado veio pôr lenha na fogueira na campanha pró-repressão iniciada pela Rede Globo de Televisão. Já estão sendo tomadas medidas para o melhor aparelhamento da polícia e a discussão sobre a necessidade da pena de morte ganhou novo alento - afinal de contas quem investe sobre um "santo homem" só merece morrer. Com a desculpa de procurar o criminoso a polícia, que começa a ser vista com bons olhos pela população, tem usado de toda sua violência nas inúmeras batidas

que efetua nos bairros e vilas pobres da periferia da cidade.

O governador Amaral de Souza, bem sintonizado com a campanha pró-repressão, teve a brilhante idéia de remodelar o presídios situado numa ilha do Guaíba e no dia seguinte, desafiando a inércia da secretaria de obras públicas, as obras tiveram seu início. É o próprio Cardeal, anti-comunista militante e um dos mais fortes representantes da ala direita da Igreja Católica no Brasil, num dos seus primeiros pronunciamentos ainda no hospital, mostrou que já tem uma solução para enfrentar o aumento da marginalidade: "Eu se estivesse armado teria reagido": "a solução para a violência é reprimir"; "é hora da comunidade reagir". E assim o nosso "santo homem" vem engrossar o coro das autoridades que legitimam os linchamentos e as arbitrariedades policiais.

(Luci Ayala)

A invasão soviética

A intervenção militar da URSS no seu pequeno vizinho — o Afeganistão — provocou uma grande celeuma mundial. De um lado, os EUA e seus aliados pelo mundo afora lançam condenações indignadas, falam no fim da "detente", que não se pode confiar nos russos, etc. De outro lado, algumas forças alinhadas com a URSS (e a própria, naturalmente) aplaudem e justificam a medida.

O assunto é complexo, e ocorre numa região complexa. Aqui dois artigos que tentam entender a situação no Afeganistão e a lógica da intervenção soviética.

Nas páginas 4 e 5 Charles Bettelheim e Ernest Mandel — dois dos mais conhecidos estudiosos dos problemas do socialismo — debatem natureza do regime soviético e das bases para a sua política intervencionista.



O imediatismo dos interesses da burocracia soviética

Por João Machado

A intervenção direta e ampla da URSS no Afeganistão é um exemplo do que se chama de "agressão defensiva": temendo que a onda muçulmana chegasse até dentro das suas fronteiras, resolve estabelecer um "cordão sanitário" no país vizinho. O perigo era real, tanto pela força que vem ganhando o islamismo, quanto pelo apoio dado pelo imperialismo americano, através do Paquistão, às guerrilhas afegãs.

A condenação dos EUA e de outros países e esta intervenção militar é, naturalmente, puro cinismo: sempre fizeram a mesma coisa. Aliás, o intervencionismo aberto americano só diminuiu nos últimos anos devido à conjunção de fatores bem preciosos: a derrota vergonhosa e traumatizante (para a população americana) no Vietnã, a crise por que passa o país, o temor de que novas intervenções provoquem explosões incontroláveis, já que o ódio ao imperialismo é crescente (o exemplo do Irã é claro a respeito).

A condenação pelos EUA da intervenção militar da URSS faz parte dos esforços que têm desenvolvido para recuperar sua capacidade de intervenção militar. Desta campanha fazem parte as denúncias sobre o "banho de sangue" na Indochina (como se os maiores responsáveis pela situação dos refugiados não fossem os próprios países imperialistas) e a tentativa de apresentar a revolução iraniana como puramente obra de fanáticos religiosos e loucos (como se o móvel maior da revolução iraniana não fosse justamente o ódio ao imperialismo e ao seu ex-preposto, o xá). Os EUA tentam mostrar que sem a sua proteção o mundo inteiro vai mal.

Mas nem o fato de que a intervenção se faz contra guerrilhas reacionárias, nem o cinismo das grandes potências que condenam a intervenção, podem justificar a atitude da URSS. A curto prazo, é possível que consiga aumentar sua própria estabilidade. É possível que faça refluir as guerrilhas reacionárias. Mas se há uma coisa que a história recente tem demonstrado é o perigo de ignorar os sentimentos nacionais, o direito à auto-determinação dos povos.

Quem não deve, não teme

Na verdade, a URSS agiu segundo a sua natureza: tenta resolver um problema político real de acordo com as concepções da burocracia que a domina, e que segue os métodos da diplomacia armada das grandes potências (como o algo desusado método do "cordão sanitário").

Se a URSS não fosse o que é, o melhor método para enfrentar a ameaça dos tradicionalistas muçulmanos seria praticar no seu interior a democracia operária, respeitar no seu interior os direitos de todas as nacionalidades. Os problemas com os muçulmanos seriam muito menores se a URSS não tivesse apoiado o xá até o fim, se o Tudeh (Partido Comunista do Irã), no lugar de apoiar também o xá, tivesse se colocado à frente da luta das massas iranianas.

É porque não respeita a democracia operária e os direitos das nacionalidades não-russas que a URSS se sente ameaçada. Se depois de mais de 60 anos da Revolução Russa ainda há populações que podem ser tentadas pelo "contágio" muçulmano, é evidente que houve um problema com esta revolução (isto é, a degeneração stalinista) e que estas populações sofrem de carência e opressão.

Assim, mesmo que de imediato seja bem sucedida, a intervenção no Afeganistão é contraproducente a longo prazo. Para a burocracia, só interessa sua sobrevivência imediata: Já para os trabalhadores de todo o mundo, não interessa ficarmos limitados a apoiar ou condenar a invasão, mas mostrar que a solução dos problemas da região só é possível com a transformação revolucionária dos países, a partir da mobilização da classe operária e dos seus aliados, respeitando as normas da democracia operária e os direitos das nacionalidades. Isso inclui também a transformação da URSS — e esta é a questão decisiva.

Afeganistão

Reformas de cima prá baixo

Por Carlos Eduardo Matos

Decididamente, um dos cargos mais perigosos do mundo é o de Presidente do Afeganistão. A monarquia foi derrubada em 1973; em abril de 1978 Mohammad Daud foi deposto (e morto em combate) por Nur Mohammad Taraki.

Pouco depois Taraki foi deposto e executado por Hafizullah Amim, que acaba de ser deposto e executado por Babrak Kamal. E não se pense que estas sucessivas deposições corresponderam a mudanças substanciais no terreno político: Taraki e Amim (e, obviamente, Kamal) eram elementos fiéis a Moscou, empenhados na adoção de reformas num dos países mais atrasados da Ásia.

O problema é que as políticas defendidas por Taraki e seus sucessores - legalização dos sindicatos, cancelamento das dívidas dos camponeses, reforma agrária destinada a beneficiar 680 mil famílias sem terra - elevação do status das mulheres - entraram em choque com os interesses dos grandes chefes de tribos e do aparelho religioso, que sempre constituíram o verdadeiro poder neste país de 95% de analfabetos. Mais ainda, as reformas foram impostas burocraticamente, de cima para baixo, sem permitir qualquer auto-organização das massas populares. O resultado é que, ideologicamente, o novo regime se colocou na defensiva, sem condições de competir com a pregação apaixonada dos líderes religiosos que chamavam os muçulmanos à

guerrilha contra o "governo ateu".

De um lado estavam as guerrilhas (tradicionalistas, armadas (com fuzis americanos) pelo Paquistão e ideologicamente identificadas com a ala mais conservadora dos xiitas, como o aiatolá Shareatmadary; do outro, um regime burocrático, ineficaz, que recorria a uma repressão cada vez mais brutal contra as bases da guerrilha, sem conseguir qualquer resultado decisivo. Era o tipo de crise que poderia se prolongar indefinidamente, desgastando um pouco mais a cada dia o prestígio russo na região e "contagiando" de islamismo os 40 milhões de muçulmanos soviéticos.

Do ponto de vista de uma grande potência (desde Stalin que a URSS abandonou quaisquer pretensões a uma posição de classe) a intervenção não poderia ter sido melhor conduzida. Os tanques russos penetraram em Cabul no momento em que os dois sustentáculos da guerrilha afegã - o imperialismo norte-americano, via Paquistão, e o integrismo xiita - defrontavam-se internacionalmente, em condições de abrir uma "segunda frente". Mais ainda, a intervenção se deu no momento exato em que Indira Gandhi, tradicional aliada da União Soviética, volta ao poder na Índia, colocando automaticamente o Paquistão entre dois fogos - o último conflito com a Índia de Indira Gandhi custou-lhe o Paquistão oriental, transformado na república de Bangladesh.

Defrontado com uma nova "situação geográfica" (os soviéticos junto a suas fronteiras, e por um prazo indeterminado) e o retorno de uma tradicional adversária, o Paquistão aceita as armas apressadamente fornecidas pelos americanos, mas adota um tom muito mais comedido em seus pronunciamentos internacionais. O aiatollá Khomeini faz o mesmo: afinal, iniciar o julgamento dos reféns, enfrentar os Estados Unidos, a ala mais reacionária do aparelho xiita (o aiatollá Shariatmadary, de Tabriz), a luta pela autonomia dos curdos, turcomanos e árabes e a ameaça potencial à "República Islâmica" contida na auto-organização operária é dose mais que suficiente! Khomeini impediu que seus seguidores ocupassem a Embaixada Soviética (o que beneficiaria essencialmente os partidários direitistas de Shariatmadary); e concedeu-se férias de quinze dias, até a realização das eleições em sua "República Islâmica".

A impotência dos EUA

Os Estados Unidos, por sua vez, recolhem o que sobrou de seu prestígio na região e procuram impor sanções econômicas absolutamente ineficazes à União Soviética, enquanto anunciam o fim da detente. Mas os russos não parecem preocupados; era previsível um período de endurecimento nos Estados Unidos (o que, de passagem, tornou a candidatura Carter muito mais viável que a de Edward Kennedy), quando fossem superados os trauma-

tismos causados pela derrota no Vietnã. De certo modo, a ocupação da Embaixada em Teerã veio diminuir o sentimento de pecado em que a sociedade americana vivia, depois do Vietnã, renunciando o fim de mais de quatro anos de paralisia nas questões internacionais; para a União Soviética, ocupar o Afeganistão consistiu uma última tentativa - bem sucedida a curto prazo - de marcar pontos sobre os Estados Unidos, antes que fosse iniciado novo round no conflito entre as duas potências.

Resta examinar o fato da intervenção, o fato de a União Soviética violar, com a eficiência já demonstrada na Tchecoslováquia, a soberania de um país independente. Aparentemente existe, nas cidades e entre as populações sem terra, uma base social que eventualmente poderá apoiar a medida - se a guerrilha for pacificada e sobretudo se os russos impulsionarem o processo de reformas que se desenrola desde 1978. Além disso, a presença russa na região não é novidade para as orgulhosas tribos locais, que desde o século XIX viram suas montanhas servir de tabuleiro para o que Kipling denominou "O Grande Jogo" - a delimitação das esferas de influência dos imperialismos britânico e czarista naquela parte do mundo. Um jogo retomado vigorosamente pela burocracia stalinista frente ao Paquistão, débil porta-voz do imperialismo e do tradicionalismo islâmico.

Charles Bettelheim

As razões do expansionismo da URSS

Charles Bettelheim é um dos economistas marxistas e estudiosos dos problemas do socialismo mais conhecidos. Sua trajetória é bastante particular: desde suas primeiras obras na década de 30 até a década de 60 foi um fiel defensor da URSS. Acontecimentos como a Revolução Cultural Chinesa e invasão da Tchecoslováquia provocaram uma profunda mudança no seu pensamento.

Nesta nova fase, propôs-se como objetivo fazer uma análise crítica da URSS a partir do exemplo da experiência chinesa. Esta tarefa foi iniciada nos dois primeiros volumes de "A Luta de Classes na URSS". No entanto, as mudanças na China depois da morte de Mao o obrigaram a um novo aprofundamento de sua revisão auto-crítica, que ele pretende expressar no terceiro volume da obra citada.

Nos trechos que extraímos de uma entrevista à revista espanhola "Transición" (janeiro de 1979), ele expõe sua concepção de que a URSS é um capitalismo de Estado expansionista — o que é chamado de «social-imperialismo».

As relações de produção na URSS são capitalistas

- Qual a natureza do regime soviético?

A resposta que dou hoje a estas questões tem vários níveis: em primeiro lugar, creio que é preciso seguir Marx, que descobriu o método para analisar as formações sociais. Segundo este método, o segredo do edifício social está na relação entre o produtor com os meios de produção e com que controla estes meios de produção. E o tipo de relação que une o produtor imediato aos meios de produção a quem os controla existente na URSS é o mesmo que existe na sociedade capitalista: a relação salarial, o trabalho como mercadoria que se compra e vende, a relação subordinada do produtor àquele que compra sua força de trabalho.

Tudo isto faz que existam relações de produção capitalistas na URSS, embora a nível de superestrutura existam modificações indiscutíveis. Porém, se queremos continuar fiéis à análise materialista, não podemos buscar o nascimento de um novo modo de produção nas mudanças produzidas nos aparelhos de Estado, a reprodução, a centralização da mais-valia, etc. Um novo modo de produção deve manifestar-se em um novo tipo de relações na produção. E não vejo que na URSS existam novas relações de produção.

Se os partidários da tese de que na URSS existe um novo modo de produção mostram concretamente onde estão estas novas relações de produção, então poderemos reconsiderar a questão, porém até agora ninguém falou disso. Fala-se de mudanças que afetam a superestrutura, a planificação, as formas de propriedade, etc. Porém tudo isto não tem nada que ver com os aspectos fundamentais de todo modo de produção, que são as relações de produção.

A crise econômica soviética é patente

Quando analisamos o funcionamento real da economia soviética, vemos muito bem que em definitivo o movimento da economia soviética está dominado pela contínua revalorização do capital, e pela tendência inerente ao modo de produção capitalista à superprodução do capital. E isto se reflete a nível ideológico nas teses oficiais soviéticas sobre o setor I (produção de bens de consumo), teses que são o reflexo ideológico das leis do sistema capitalista. E também se observa que é um



constante superprodução de capital. A escassez geral de bens de consumo é bem conhecida e esta escassez é a forma extrema desta superprodução de capital.

Há uma questão que estou desenvolvendo no terceiro tomo de "A Luta de Classes na URSS": a formação social soviética nos dá a imagem de um modo de produção específico, com as maiores aberrações e contradições.

Estas contradições conduzem a crescentes dificuldades no processo de valorização do capital. Com efeito, uma vez que os limites do aumento da mais-valia absoluta já foram alcançados, o aumen-

to da mais-valia relativa se encontra com sérios obstáculos. Alguns estão ligados à forma que reveste a dominação de classe na URSS e à extrema centralização do capital. As crescentes dificuldades com que tropeça a valorização do capital se inscrevem no desenvolvimento econômico desigual no interior da URSS. Conduzem, por outro lado, à subordinação das nações não-russas às exigências impostas por uma acumulação de um capital de Estado controlado essencialmente pela burguesia russa. Conduzem também, e cada vez com maior intensidade, à busca de novas zonas de exploração no mundo. Esta, e não outra, é a base objetiva do expansionismo soviético. Isto é, do que se conhece como social-imperialismo. Este não corresponde apenas a uma política mas é o resultado de uma determinada estrutura das relações de produção e das relações de classe.

O social-imperialismo resulta das relações de produção

- Da leitura de "A. Luta de Classes na URSS" se depreende que você não concorda com a tese do PC Chinês que se centra na derrubada da ditadura do proletariado na URSS - entendida como um golpe de Estado produzido subitamente em 1956. Você contrapõe uma interpretação que acentua a ruptura da aliança operário-camponesa, a autonomização do aparelho de Estado soviético com relação às massas, etc.

- Hoje, depois de ter estudado os anos 30, considero que a ruptura da aliança operário-camponesa é o fato decisivo, que supõe a destruição de

toda base possível da ditadura do proletariado em um país como a URSS. É impossível, em um país majoritariamente camponês, que a classe operária continue jogando um papel dirigente sem a aliança com os camponeses. Com a ruptura da aliança operário-camponesa em fins dos anos 20 e princípios dos anos 30 se opera uma mudança radical nas relações de classe. Como foi possível esta ruptura? Por que em 1928-29 o partido bolchevique escolheu uma via que fechava a passagem para a possibilidade de manutenção de uma via revolucionária e que reforçava todas as tendências para o capitalismo do Estado?

Não há ruptura real entre Stalin e Brejnev

A resposta a estas questões está no terceiro tomo de "A Luta de Classes na URSS", porém posso adiantar que o partido conheceu, uma série de transformações importantes a nível da prática política em fins dos anos 20 e começos dos anos 30. Por uma parte, a nível ideológico se cai na ilusão de que o desenvolvimento das forças produtivas conduziria por si mesmo ao socialismo, já que existia a propriedade estatal dos meios de produção. Por outro lado, a nível político, destroem-se as formas de discussão aberta no interior do partido, restringe-se cada vez mais a atividade das massas, a democracia soviética degenera progressivamente...

- Como você caracteriza o período stalinista? Qual é a sua relação com a sociedade soviética atual? Existe uma ruptura radical, como pretende o PC Chinês, ou antes uma evolução ininterrupta?

- Depois de ter estudado o período dos anos 30 na URSS posso dizer que não há ruptura real. Entre o período "stalinista" e o período atual as rupturas são secundárias; há elementos que se transformaram, porém desde o ponto de vista do funcionamento do modo de produção são secundários. O período stalinista é fundamentalmente um período em que se produz uma enorme acumulação primitiva, expropriação dos camponeses, etc. É um processo histórico que termina nos anos 50. E esta é uma ruptura objetiva. Havia uma base material do stalinismo, que era a necessidade de seguir uma via capitalista para realizar uma acumulação primitiva gigantesca que permita o desenvolvimento capitalista posterior.

O nacionalismo dá Grande Rússia

Uma vez que se cobriram as necessidades essenciais para este tipo de desenvolvimento, a política deve mudar. Por exemplo, a partir do momento em que já não é preciso transferir massas enormes de camponeses para a indústria, a política com relação ao campesinato deve mudar. Ao mesmo tempo, o setor industrial dispõe de bases de acumulação próprias e o conjunto do processo de desenvolvimento capitalista se desenvolve em condições novas que exigem uma reprodução ampliada intensiva e não mais principalmente extensiva. Isto é uma ruptura objetiva, à margem da vontade dos indivíduos, representa uma transformação das relações de classe entre o campesinato e a classe operária.

Outro problema é o do lugar que, através deste processo de acumulação, a URSS ocupa no mundo. Até a segunda guerra mundial, a URSS é um país ainda subdesenvolvido, ameaçado pelas grandes potências imperialistas, e que não pode jogar um papel importante na cena mundial, embora já se desenvolvem tendências nacionalistas grão-russas: ocupação da Polónia, Bessarábia, dos países bálticos, etc. Nesta política já se manifesta uma ruptura com a política leninista, que já representa, não um desvio teórico, mas a existência de novas relações de classe na URSS. A conferência de Yalta, depois da guerra, mostra também que a URSS leva a cabo uma política de grande potência, com a divisão das esferas de influência com os EUA. A partir do momento em que a URSS dispõe, nos anos 50, de meios militares importantes, produz-se o aparecimento da URSS como superpotência que colabora e rivaliza com os EUA e trata aos países do Terceiro Mundo, como a China, com base em relações desiguais.



Ernest Mandel

URSS: o socialismo bloqueado

Ernest Mandel, um dos mais conhecidos economistas marxistas, é hoje um dos defensores da caracterização da URSS como um «Estado operário degenerado», em uma situação de transição entre o capitalismo e o socialismo. Isto implica dizer que sua camada dirigente — a burocracia — não é uma classe exploradora, embora detenha inúmeros privilégios. É uma burocracia operária, uma camada do movimento operário que tem interesses particulares e oprime o conjunto da classe para defender estes interesses.

Esta burocracia não está interessada em chegar ao socialismo o que significaria para ela a perda de privilégios — mas tampouco em restaurar o capitalismo, já que as bases de sua dominação não são as burgueses.

Não sendo a URSS um país capitalista, não se pode aplicar a ela o moderno conceito de imperialismo, que supõe a necessidade econômica de exportar capital. Assim, as intervenções da URSS no exterior não são uma necessidade de seu modo de produção, mas decorrências dos interesses da sua burocracia dirigente.

Transcrevemos trechos da entrevista de Ernest Mandel, sobre a natureza da URSS, de setembro de 1977, publicada originalmente na revista francesa «Critique Communiste».

Um Estado operário degenerado

— Há 40 anos, em «A Revolução Traída», Trotski definia a URSS como um Estado operário degenerado em uma fase de transição entre o capitalismo e o socialismo. Esta definição conserva sua validade?

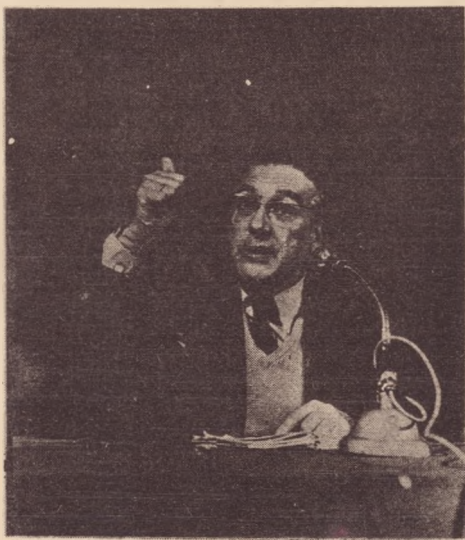
O que está na base da posição teórica de Trotski, independentemente das formulações e das variações conjunturais, é que, para ele, a sorte da URSS depende, em última análise, do resultado da luta de classes na escala mundial. O stalinismo aparece assim como uma variante imprevista da história, em função mesmo do que poderíamos chamar o equilíbrio instável entre as forças sociais fundamentalmente antagonistas na escala mundial.

O stalinismo é a expressão de uma derrota e de um recuo grave da revolução mundial depois de 1923. Mas ele reflete também o enfraquecimento estrutural a longo prazo do capitalismo mundial, que não foi capaz de restaurar o modo de produção capitalista na URSS, apesar de suas tentativas repetidas, tanto econômicas como militares.

Atrás da fórmula «etapa de transição», «sociedade de transição», há na realidade o caráter ainda não definitivamente decidido da prova de força entre o Capital e o Trabalho na escala mundial. Neste sentido também, apesar de que ele se equivocou nos prazos, a maneira pela qual Trotski formulava o problema em 1939-1940 permanece essencialmente correta. Uma derrota arrasadora do proletariado mundial por um período histórico inteiro não apenas pode mas deve conduzir à restauração do capitalismo na URSS. Uma derrota arrasadora do Capital, da burguesia mundial em alguns dos países-chave do mundo capitalista deve recolocar a URSS sobre os trilhos da construção da sociedade sem classes.

— Esta transição não seria longa demais?

Se rejeitamos as simplificações excessivas e se voltamos às considerações que integram todas as dimensões do problema do que é uma sociedade de classes, do que é um processo de desaparecimento das classes, de que é uma sociedade sem classes, o fato de que o período de transição se



revele mais longo do que o originalmente previsto, pode parecer menos espantoso, e não deve de nenhuma maneira ser considerado um critério de julgamento. Não é por que um tipo de sociedade dure mais tempo do que o previsto que ela não seria por definição uma sociedade de transição.

Um marxista nunca aceita a opressão

Não é porque uma transição é mais complexa e digamos para utilizar um paradoxo — menos «dinâmica», porque ela «transita» menos rapidamente do que pensávamos, que ela não é de transição. O fato de pararmos muito tempo sobre uma ponte no lugar de atravessá-la não muda a natureza da ponte.

nem a natureza desta operação. Significa simplesmente que há fatores históricos ou individuais que modificaram o ritmo, a orientação, as possibilidades da operação (de atravessar a ponte) do caminhante.

— Porque insistiu no caráter de transição?

Para resumir, podemos dizer que a diferença fundamental entre as relações de produção de fases de transição e de modos de produção é um grau de estabilidade qualitativamente diferente.

Examinando, à luz desta distinção, a situação na URSS, podemos tirar um certo número de conclusões:

Em primeiro lugar, ao contrário daqueles que pretendem que as relações de produção são essencialmente socialistas, podemos demonstrar facilmente que a ausência de um verdadeiro poder dos produtores associados e que as condições de subordinação e impotência nas quais se encontra a massa de produtores diretos com relação aos gerentes dos modos de produção, não permite utilizar este termo — «socialista» — sem desnaturá-lo totalmente.

Este não é um juízo apenas «normativo», moral, subjetivo, embora não exista nenhuma razão para afastar este aspecto da análise marxista. Um marxista não aceita nunca a opressão, mesmo se o regime opressor é historicamente progressivo com relação ao regime que ele substituiu. É também um juízo econômico, objetivo: nós sabemos que é impossível realizar uma planificação ótima e harmoniosa pela via burocrática, que a democracia socialista e o controle das massas, a autogestão mais ampla, são indispensáveis para este fim.

Não há capitalismo sem meios de produção mercantis

Em segundo lugar, ao contrário daqueles que pretendem que as relações de produção na União

Soviética são essencialmente capitalistas, podemos demonstrar facilmente que as relações de produção capitalistas não se reduzem de nenhuma maneira a uma «dominação dos senhores dos meios de produção sobre os produtores diretos», mas implicam toda uma série de características, suplementares, especialmente o caráter mercantil dos meios de produção, o fato de que estes meios de produção circulem entre as unidades de produção sob a forma de compra e venda de máquinas, ou matérias primas, etc. A maioria das leis de desenvolvimento a longo prazo do modo de produção capitalista já estão, aliás, presentes em germe na contradição fundamental da própria mercadoria, contradição entre o valor de uso e o valor de troca. Não é por azar que Marx construiu assim o tomo I do *Capital*, e tudo o que se segue na teoria econômica. Tudo isto não se aplica à realidade sócio-econômica da União Soviética.

Em terceiro lugar, para poder afirmar que as relações de produção na URSS não são nem capitalistas, nem socialistas, mas seriam as de uma nova sociedade de classes exploradora, seria preciso demonstrar de onde surgiu esta misteriosa nova classe dominante, que fica totalmente inexistente como classe até a hora H na qual ela tomaria o poder. Seria preciso demonstrar qual é a dinâmica, quais são as leis de desenvolvimento desta sociedade, o que nenhum dos teóricos desta tese não foi nunca capaz de fazer.

Seria preciso ainda demonstrar que as relações de produção características de um novo modo de produção teriam a estabilidade e a capacidade de auto-reprodução características dos modos de produção, o que é contrário a tudo o que nós conhecemos da sociedade soviética, para não falar das «democracias populares». Constatemos, aliás, que todo marxista que atribua à burocracia soviética o título de «nova classe» fica obrigado a reconhecer seu caráter progressista com relação à burguesia e de atribuir a ela as enormes realizações econômicas e culturais da URSS, como as do século XIX devem ser evidentemente atribuídas à burguesia.

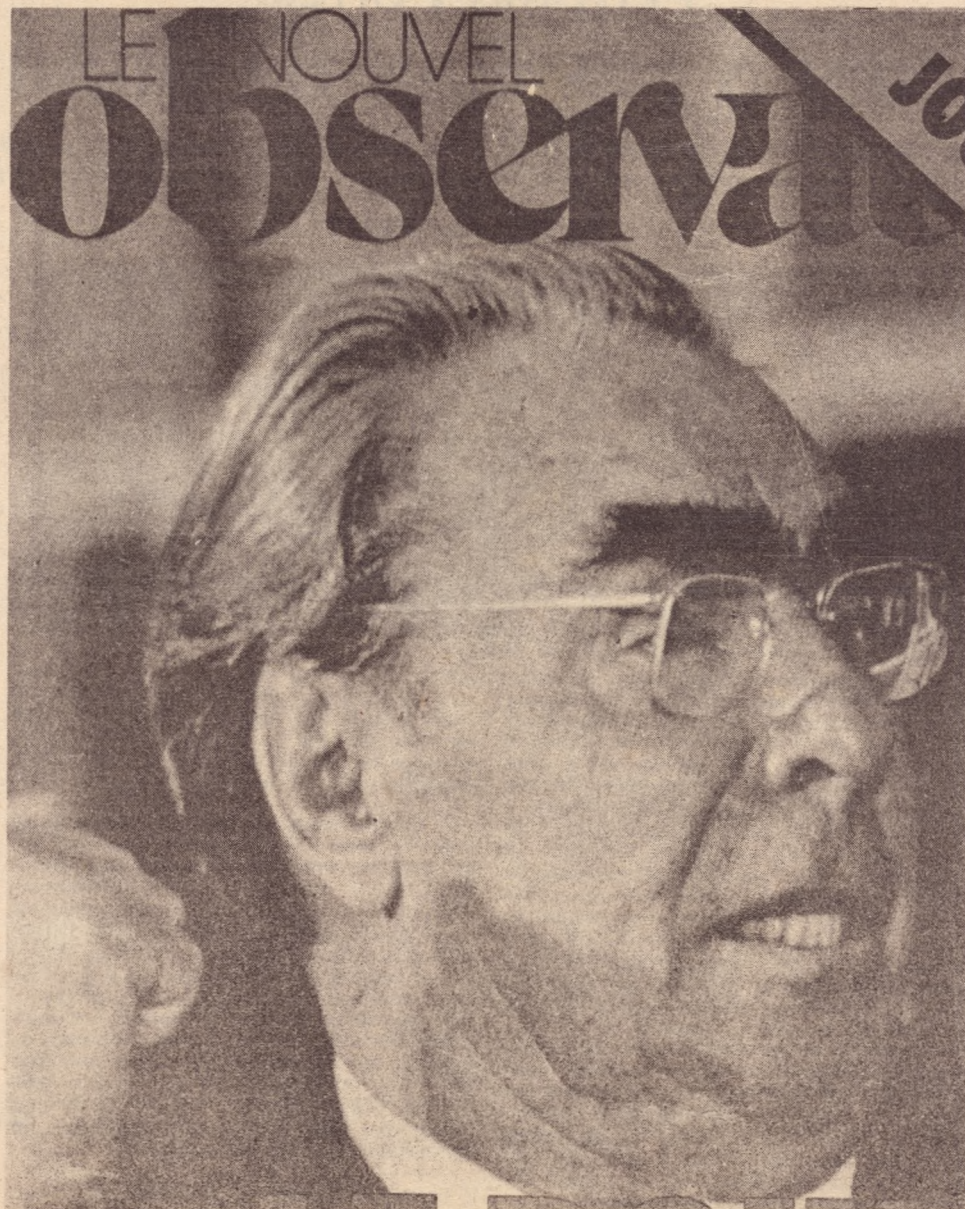
Não há um ano sem grandes mudanças na URSS

Se nós rejeitamos estas três hipóteses, só há uma saída: nós estamos diante de relações de produção híbridas, específicas, de um país específico (ou de um grupo de países). Dizendo de outra maneira: nós nos confrontamos com a análise de relações de produção específicas, não no período de transição do capitalismo ao socialismo em geral, mas de uma sociedade que, se encontrando nesta etapa, conheceu processos particulares de desenvolvimento em um contexto histórico dado, que implica ao mesmo tempo uma fragilidade pronunciada das relações de produção com relação às que caracterizam os modos de produção estáveis, e uma maior estabilidade que aquela que poderíamos prever pensando em uma duração muito limitada do fenômeno.

É difícil captar de uma maneira prudente a combinação de estabilidade e instabilidade que, desde muito tempo, caracteriza o reinado da burocracia soviética e que é de fato uma combinação.

Falar de estabilidade? Para aqueles que esperavam a revolução política a curto prazo, ou a degringolada do regime a curto prazo, sim, podemos falar de estabilidade. Mas se fazemos o balanço dos últimos vinte e cinco anos, desde a morte de Stalin, eu diria que não houve um único ano na União Soviética sem que houvesse modificações que, com relação à antiga imagem de um monolitismo imóvel, sejam modificações muito importantes. Pode-se dizer que a URSS com o culto de Stalin e a URSS sem o culto de Stalin, são exatamente a mesma coisa? Que a URSS com um nível de vida dos operários igual, digamos, ao da Turquia, ou a URSS com um nível de salário que agora está próximo dos trabalhadores italianos, é exatamente a mesma coisa? Pode-se dizer que uma URSS que produz 30 milhões de toneladas de aço, e a URSS que é o primeiro produtor mundial de aço, e que produz 20% mais aço que os EUA, é a mesma coisa?

Pode-se dizer que a URSS na qual só havia opositores nos gulags e a URSS com um florescimento de correntes políticas, de samizdats, de debates em todos os níveis, e não apenas entre os intelectuais, mas também nos sindicatos, é exatamente a mesma?



Leonid Brejnev: o chefe da burocracia soviética

Um novo manifesto: PT acelera sua articulação

Uma sociedade sem explorados e exploradores

O ano de 80 inicia-se promissor para o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Apesar da descrença ainda predominante nos meios parlamentares quanto à viabilidade do partido, o PT vai se estruturando, lançando propósitos, correndo em raia própria. Enfim resistindo aos apelos de composição tanto com o PMDB quanto com o PTB.

Nesta semana está sendo lançado o ante-projeto de Manifesto (ver abaixo) que, após discussão nas bases, deverá ser aprovado e divulgado oficialmente dentro de duas semanas. Para tal já está marcada pela direção nacional uma reunião, contando com a participação de todos os seus membros — inclusive os dois eleitos já por cada Estado — para o próximo dia 26 em São Paulo. No dia seguinte, domingo 27, numa plenária nacional de militantes, será então feito o lançamento oficial do Manifesto bem como debatidos vários outros temas relativos à organização do PT.

Também acaba de sair o Boletim do PT, nº 1, órgão da Coordenação Nacional Provisória do Movimento pelo PT, contando com vários informes de discussões e algumas providências organizativas que as Secretarias recém criadas — Imprensa, Organização e Finanças — estão encaminhando aos núcleos.

Finalmente, prepara-se para o dia 9 de março um ato público massivo em Osasco, um verdadeiro dia de festa, e ao mesmo tempo de demonstração de força, para acelerar o processo de organização do partido.

Aqui, a íntegra do ante-projeto do Manifesto.

O Partido dos Trabalhadores nasce da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o povo brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constroem pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população das cidades e dos campos tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir. As grandes maiorias que constroem a riqueza da

Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista dos seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se, elas mesmas, para que a sua ação social e política seja a ferramenta de construção de uma sociedade que responda aos interesses do povo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses e trabalhadores rurais pudessem se organizar para defender os seus direitos, para exigir melhores salários e melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços básicos nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Essas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o povo dos centros de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro, para os movimentos populares, que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo.

Por isso surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar a uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce também da vontade de emancipação das massas populares, cansadas das ilusões dos grupos que pretendem substituir a força de suas lutas por

palavras de ordem desligadas de seus interesses. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra do seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam, quando, uma vez mais na história brasileira, vêm os partidos sendo formados de cima para baixo, do estado para a sociedade e dos ricos para os pobres.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não mais um partido para os trabalhadores. Queremos a política como uma atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas e cuja direção e programa sejam decididos por suas bases.

Pela democracia e pelo desenvolvimento nacional

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantam efetivamente os direitos dos cidadãos e pela democratização real da sociedade.

Não existe liberdade, nem verdadeiro desenvolvimento onde o direito de greve é fraudado na hora da sua regulamentação; onde os sindicatos urbanos e rurais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho; onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e de controle policial; onde a polícia subverte a

própria lei e onde os burocratas e os tecnocratas do estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT almeja a uma democracia mais profunda. Para nós, a democratização da economia, da sociedade e do estado devem caminhar juntas. Por isso, o PT lutará por uma democracia baseada na liberdade política, que exige um regime pluripartidário livre, mas exige também igualdade econômica e social. Lutará por partidos independentes do estado, mas também por sindicatos e associações populares independentes tanto do estado quanto dos próprios partidos políticos. Lutará por um Judiciário independente e por um Parlamento livre; mas também por uma participação popular permanente, em todas as esferas de decisão social, econômica e política. O PT lutará pelo controle democrático das burocracias do Estado e das decisões das grandes empresas, sem o que a participação popular será mera ilusão.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas nacionais, que até hoje só tem servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o Parlamento não expressar uma efetiva representação popular e adquirir poder de decisão sobre a economia. Nem enquanto as empresas estatais, os serviços públicos e os grandes conselhos econômicos estiverem isentos do controle popular.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelo povo. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do estado para realizar uma política democrática, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. O centro da sua política será a ampliação da liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária onde não haja explorados nem exploradores.

Petronio Portela

Morreu o vaselina da ditadura

O recém falecido ministro da Justiça era muito mais aquele que adocicava nos meios civis as frustrações e a amarguras da reforma do regime militar do que um estrategista da «transição democrática».

Por Andreas Maia

O destaque da vida política recente de Petronio Portela, reconhecido por muitos de seus admiradores e por muitos inimigos também, na realidade se deve à sua capacidade de, por meio de intermináveis conversas e sondagens, viabilizar no meio político a efetivação da reforma da ditadura.

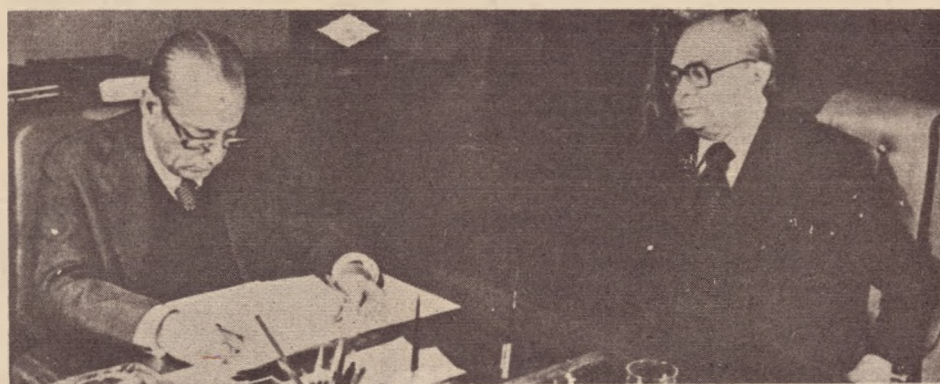
A sua meteórica carreira de 30 anos em vida pública, formada pela extinta UDN, traria a marca registrada daquilo que o consagrou: o caminhar de uma lesma sob a lâmina da navalha, escorregando por todos os lados, e é óbvio, pendendo sempre para o lado mais conveniente, o lado dos que estão por cima. A ironia é que teria dito quando então era governador do Estado do Piauí, ao defender a legalidade do governo de João Goulart perante o golpe de 1964, que nunca «foi homem de oportunismo».

O estilo recente de Portela, é óbvio era a conciliação. O conselheiro dos assuntos políticos dos governos Geisel e Figueiredo, o político de «maior prestígio» no Planalto, criou a imagem de um homem de «diálogo» e que evita os extremismos em política. Um «hábil negociador» canta em coro a grande imprensa, que soube conduzir o carrancudo «Sistema» a aceitar a revogação do AI-5, a concessão da anistia e a implosão do bi-partidarismo e que no momento preparava o esboço de uma Constituinte com João Figueiredo.

A recuperação da gafe de 1964

Aparte sua especial capacidade para as sempre necessárias convenções, mesmo com a oposição nos momentos mais difíceis o político Portela sempre foi um fiel funcionário civil dos possuidores do poder político. Eleito pelas portas da UDN, fora deputado estadual, prefeito de Teresina e governador do Estado do Piauí. Quase teve sua carreira cortada após o golpe militar que derrubou Jango. No dia da partida das tropas revoltosas em Minas Gerais defendeu por meio de notas oficiais a Constituição e o mandato do presidente logo a seguir deposto.

Foi preciso muita puxação de saco com o en-



Portela, numa de suas regulares prestações de conta.

tão presidente militar da «Revolução» vitoriosa, general Castelo Branco, um velho conhecido seu, para não cair em desgraça. A grande oportunidade de consertar a sua «gafe» com o Sistema veio então, quando eleito senador nas eleições de 1965, ligou-se aos dois principais articuladores do golpe no Congresso, Daniel Krieger e Filinto Muller. Antes da crise institucional de 1968, Petronio Portela já era vice-líder da Arena no Senado. Os tempo da ditadura total de Médice e a ascensão do fascista Filinto Muller permitiram uma maior projeção no partido situacionista. Com a morte brusca de Filinto Muller numa acidente aéreo, o senador Portela assume a liderança da ARENA e estreita os laços com o presidente Médice. A sua habilidade o permitiu presentir, durante a sucessão presidencial do governo Médice as poucas possibilidades de vitória da corrente reelecionista apoiada pela linha dura no Exército e pelos órgãos de segurança. Ele que antes apoiava a ditadura total integra-se agora na candidatura de Geisel, que estava sendo apoiada pelo ministro do Exército Orlando Geisel, permitindo-lhe todo um destaque político posterior.

A partir do governo Geisel recebeu a tarefa de concretizar as tarefas políticas mais impor-

tações de negociar com a oposição institucionalizada, isto é, o MDB, a Igreja, entidades como a OAB, a grande imprensa, etc. Missão que continuará durante o governo Figueiredo no comando do Ministério da Justiça e nas principais articulações da «abertura» do regime.

A sua habilidade consistiu em adaptar-se ao poder conforme os tempos. Enquanto tentava articular uma composição política com a oposição em 1977, apareceu como um dos elaboradores do «pacote de abril» — uma manobra descarada do governo com o objetivo de barrar a oposição de qualquer vitória nos postos políticos no país. A reforma política na qual esteve empenhado, abolindo o AI-5 (com salvaguardas), decretando a anistia (mesquinha por sinal) e reformulando os partidos políticos (uma maquiagem burocrática digna do conservadorismo do Brasil Imperial), longe de dotar o país de uma mínima abertura democrática efetiva, trilhou na velha mentalidade reacionária de transformar para ficar tudo como está.

E mais. O «homem da abertura» iria revelar-se ao dar o veto no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos na questão dos desaparecidos,

pondo assim uma pedra em cima dos atos de terror e tortura praticados pelos órgãos de segurança, especialmente nos casos em pauta como o do ex-deputado Rubens Paiva e do estudante Stuart Angel Jones.

Um Ibrahim de circunstância

A indicação de Ibrahim Abi Ackel como substituto de Portela na pasta da Justiça não causou menor surpresa que a morte do primeiro. O obscuro deputado federal pela ex-Arena de Minas estava fora de todos os prognósticos que vinham sendo levantados desde o início da semana. Típico pessedista mineiro: combinação singular de um profundo conservadorismo e autoritarismo com uma extrema habilidade em não tomar posição a não ser na hora fatal buscando assim ficar sempre bem com todos. Mediocre parlamentar, com mandato atual a título de suplente, e tendo como único destaque de seu currículo haver presidido a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Penitenciário.

Ao que tudo indica sua nomeação para o cargo deveu-se à necessidade do Planalto contemplar o pedido que um grupo de 9 pessedistas, entre eles Ibrahim, insatisfeitos e quase rebeldes, vinha fazendo no sentido de obter algum ministério em troca do apoio que daria ao partido do governo em Minas. E isto era vital para que o futuro PD viesse a contar com a maioria que ambiciona ter na Câmara de Deputados. O grupo ameaçava bandear para o Partido de Tancredo, o PP, caso não fosse atendido pelo Palácio.

Na falta de uma solução ideal e imediata para a Justiça, e frente ao pedido dos mineiros, Figueiredo parece não ter vacilado. Ainda mais porque, na reformulação geral que está por vir brevemente no conjunto do ministério, chegará a oportunidade de, uma vez tendo os pessedistas assumido o PD, escolher um ministro menos de circunstância.

O recuo nas eleições da CNTI

Fracassou a tentativa de lançamento de chapa, com Joaquim Andrade na cabeça, para concorrer às eleições da CNTI.

Agora, a Intersindical busca novos caminhos, entre eles a realização do 1º CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadoras).

Tudo faceiro do alto de seus mais de dois metros de altura, Jôa Carlos, o "Negão", presidente do Sindicato dos Petroquímicos de Campos, Rio de Janeiro chegou bem na horinha em que se encerrava a reunião dos dirigentes paulistas da "Intersindical", na sexta-feira, 4, realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Mas sua alegria acabou bem cedo, tão logo "Negão" parou de distribuir seus efuzivos abraços a alguns dos dirigentes presentes (Lula, Hugo Peres, Henos Amorina, Arnaldo Gonçalves, Afonso "Padeiro", entre outros) e resolveu sentar-se (sintomaticamente) à direita do dono de casa, o Joaquinão. E lá, o antes eufórico viajante soube que a proposta que defendera com tanto ardor no encontro realizado em Belo Horizonte, no fimzinho de dezembro (ver EM TEMPO nº 95), de participar das eleições para a diretoria da Confederação dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) fora arquivada naquela reunião.

E Joaquinão, candidato do Negão e de outras figuras da auto proclamada "Unidade Sindical" a encabeçar a chapa de "oposição" ao arquipelago Ari Campista, foi desafiando as razões para não concorrer, aliás, as mesmas já apresentadas pelo Lula e alguns outros autênticos em BH e que ele havia rejeitado: as eleições para a CNTI são um jogo de cartas marcadas, pois Ari Campista tem em suas mãos mais de 40 das 59 federa-



Joaquim derrotado

ções de trabalhadores da indústria de todo o país; as eleições para a CNTI são anti-democráticas, a grande massa assalariada não tem a menor participação, nem mesmo os sindicatos (por exemplo, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, controlada pelo pelego Argeu dos

Santos, composta por cerca de 35 sindicatos, tem o mesmo voto que federações de 5 ou 6 sindicatos); enfim, participar, seria convalidar e legitimar Ari Campista e sua diretoria, há 15 anos entronizada na entidade.

Recuo tático

Na verdade, a mudança da decisão, além desses fatores e do alegado protesto contra a manobra de Ari Campista, que publicou o edital de convocação das eleições durante o período de festas de fim de ano, deixando, com isso, pouco tempo para a articulação de uma chapa de oposição, representa também um recuo tático da coligação "Unidade Sindical" (pelegos, PCB e grupos periféricos), promovido pelos dois primeiros parceiros, assustados com a ameaça de "racha" mais aberto na "Intersindical", possibilidade com a reação dos "autênticos" aos rumos tomados pelo encontro de BH. Ao que se comenta, inclusive, o PCB não poupou críticas ao aqodamento dos "garotos" periféricos - até pouco intransigentes de uma Frente Popular - inábeis na tentativa de passar uma rasteira nos "autênticos" e entronizar o venerável Joaquim Andrade como líder da "Intersindical". O recuo no episódio da CNTI representa não só um puxão de orelhas na moçada mais afobada, mas também uma reafirmação de quem verdadeiramente manda nessa malfadada coligação. Os periféricos neo-reformistas, minoritários e frágeis, funcionam, entretanto, como barulhenta banda de música

ou, conforme a ocasião, como sua tropa de choque (ver, por exemplo, o episódio recente da agressão à Oposição Sindical Metalúrgica de S.P., na edição de EM TEMPO nº 95).

Calendário da Intersindical

Mas o encontro dos dirigentes paulistas não ficou só na decisão de não participar das eleições para a CNTI. Eles resolveram marcar para o dia 15, terça-feira, um encontro nacional dos dirigentes sindicais, principalmente os membros das diversas comissões eleitas em BH, quando deverá ser fixada a data de realização do 1º Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras). Da mesma forma, buscarão fixar um calendário de lutas para 1980, que deverá incluir a realização do 1º de Maio Unitário e campanhas pelo salário mínimo nacional unificado, liberdade sindical e pela garantia no emprego.

Independente da composição da Intersindical, a maioria dos pontos propostos são de interesses do movimento operário e dos demais setores do movimento popular (a questão de um salário mínimo nacional tem sido reivindicada pelo Movimento Contra a Carestia há pelo menos dois anos). No entanto, resta saber se desta vez a coisa é mesmo para valer e não acontece como em 1979, quando as mesmas questões foram abandonadas pelo movimento sindical, como consequência do esvaziamento da própria articulação intersindical. (TD).

Novas propostas na campanha do ABC

Marchar sem a maioria dos sindicatos do interior, preparar exaustivamente pela base, nas fábricas, levantar reivindicações como a do salário profissional e delegado sindical e, possivelmente, organizar paralisações parciais, são algumas das novas propostas para os metalúrgicos do ABC, segundo o Lula, entrevistado pelo EM TEMPO.

A campanha salarial dos metalúrgicos do ABC volta a ser aguardada com expectativa, a um só tempo pelos trabalhadores, patrões e governo. Em 1979, a greve desencadeada pelos sindicatos de Santo André, São Bernardo e São Caetano, no dia 14 de março, às vésperas da posse de Figueiredo, representou, sem dúvida alguma, um considerável impulso para o conjunto dos trabalhadores, e catalizou do ciclo grevista que se produziu durante todo o ano, abrangendo mais de três milhões de trabalhadores de todo o País.

Acima dos resultados econômicos obtidos - bem poucos por sinal - a greve do ABC teve o mérito de recuperar a greve geral como arma dos trabalhadores, restabelecendo a confiança da classe em suas próprias forças, reafirmando sua identidade e projetando, definitivamente a classe operária como um interlocutor não negligenciável na cena política.

Agora, os metalúrgicos do ABC preparam-se novamente para retomar sua luta contra os patrões, novamente diante das expectativas gerais. Um ano de greves, de erros e acertos das mobilizações dos trabalhadores está para trás. Até que ponto seus ensinamentos foram assimilados, somente se poderá saber com precisão no decorrer dos próximos meses.

Por enquanto, os sindicatos do ABC iniciam os preparativos por fábricas, prévias as assembléias a serem realizadas no decorrer de janeiro e fevereiro. De concreto, surge a decisão tomada em reunião da terça, 8, de não participar da unificação com os demais sindicatos do Interior do Estado de São Paulo e que têm a mesma data-base. A experiência do ano passado, quando foram deixados isolados, caiu profundamente nas lideranças do ABC, que optaram por procurar apenas os sindicatos mais combativos do interior, rejeitando a associação em bloco, considerada por eles ineficaz.

EM TEMPO entrevistou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, que fala sobre os rumos da campanha salarial.

• • •
- Tem sido dito que a campanha de São Bernardo, para o próximo ano, vai inovar em termos de

que vem ocorrendo até agora neste ciclo grevista. Como é que está a coisa?

- Além das reuniões por empresa que a cada diretor do sindicato vem fazendo, tirando nomes de companheiros que serão os porta-vozes das propostas do sindicato dentro da empresa a integrando as comissões de negociação, nós estamos tentando inovar mostrando para o trabalhador que existem algumas brigas mais sérias do que simplesmente por um percentual. Nós temos dito que não adianta o trabalhador obter um bom aumento, se daí a um certo tempo ele é dispensado e quando se emprega novamente volta a receber 40% ou 60% a menos do que antes.

Em função disto vamos tentar dar ênfase à garantia do emprego e ao salário profissional.

No Brasil não existe uma definição profissional. Existe aquela feita pelas empresas, mas não unia que o trabalhador apresenta e luta por ela e a reconheça. As empresas dividem os trabalhadores como bem entendem e instauram assim uma concorrência entre eles. E mais, dentro de uma mesma definição profissional estabelecida pela empresa, por exemplo a de ferramenteiro, você encontra salários desde Cr\$ 59,00 até Cr\$ 103,00 por hora.

Este trabalhador de Cr\$ 103,00 quando despedido, volta a se empregar com um salário muito mais baixo. Enfim, o trabalhador está sempre começando desde a estaca zero.

É como na brincadeira do pau de sebo. As empresas colocam o salário teto no alto e põem os trabalhadores brincando de quem chega lá em cima. Assim, vamos lutar na campanha para estabelecer um salário profissional que seja a média dos salários existentes; ou seja, um piso profissional. Não vamos estabelecer um teto, pois isto é questão da capacidade... de briga dos trabalhadores, é questão da oferta e da procura.

Esta conquista tem outro lado, que é o de diminuir o medo do trabalhador de ser mandado embora da empresa, uma vez que ele sabe que seu novo emprego não irá remunerá-lo irrisoriamente.

Enfim, há várias reivindicações que estão latentes no interior das empresas e que devemos tomá-las. Por exemplo, a oferta de transporte para o



Lula quer campanha diferente

trabalhador, por todas as empresas. Há um mundo de safadagens dentro das empresas que tem que vir à tona:

- Você acredita que estas reivindicações tenha mais chances de vitória?

- Isto não; toda reivindicação é uma luta. Esta agora é mais sustentável nas discussões com os patrões. Um percentual de 90% por exemplo é mais retrucável pelo empregador dizendo que não aguenta, que o culpado das perdas foi o governo, etc. Agora, o piso profissional se escora na lei que diz que para trabalho igual, salário igual.

- Você acha que este tipo de campanha mobiliza mais? Qual sua expectativa quanto às futuras assembléias?

- Esta campanha será mobilizadora a partir do momento em que tivermos capacidade de mobilizar os trabalhadores. Aqui em São Bernardo há uma certa frustração das pessoas que se habituaram a ver, durante 15 dias, 90.000 pessoas em assembléias. E as pessoas já têm dificuldades em fazer reuniões com pequeno número de trabalhadores. Mas 90.000 em um campo de futebol é um resultado de anos de pregação. E quando começam os métodos novos, com inovações na campanha, há que dar tempo. Mas o importante é a criação de uma nova consciência de reivindicações nos trabalhadores. Por exemplo, o trabalhador tem que compreender bem a figura do delegado sindical; ele tem que deixar de ser uma reivindicação apenas de dirigentes.

- Qual sua expectativa quanto à greve na campanha?

- Estamos preparando uma campanha salarial e os resultados dela é que levarão ou não os trabalhadores à greve. Todos gostaríamos de fazer um bom acordo sem ser necessário chegar à greve. Pois a greve não é um fim, mas sim um meio para se conseguir determinados acordos sem greves. Caso haja intransigência, então teremos que forçar. Agora não sei a forma em que será feita a greve. Vamos jogar algumas idéias para os trabalhadores e vermos se é possível chegarmos a algumas formas de pressão dentro das empresas antes de chegarmos às greves gerais.

Contra o cambão, o foro, a exploração: as Ligas Camponesas

Por João Baptista dos Mares Guia

O surgimento das Ligas em Pernambuco

Na entrevista publicada no *O Estado de São Paulo* (8 a 10/12/1959), Julião define o que é a Liga Camponesa: "É a união dos foreiros e pequenos proprietários de terra, organizados, desde o ano de 1955, quando fundaram a 'Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco', legalmente registrada e com jurisdição para todo o Estado de Pernambuco. O seu primeiro marco foi firmado no 'Engenho Galiléia' pela decisão que os seus moradores, tendo à frente o velho Zezé (José Francisco de Souza), seu presidente, tomaram de lutar contra o aumento extorsivo dos foros e a infâmia do cambão, como os passos decisivos para a conquista de um pedaço de terra onde possam, um dia, cultivar, tranquilamente, as suas lavouras."

O Engenho Galiléia ficava no município de Vitória de Santo Antão, e foi cenário da violência dos latifundiários do município que, acobertados pela Polícia Militar e guarnecidos por capangas armados, investiram contra os camponeses. O proprietário do Engenho fora escolhido presidente de honra da "Associação". Os latifundiários o advertem de que "estava instalado o comunismo em sua propriedade". O presidente de honra volta atrás, declara a dissolução da "Associação" e desencadeia a violência. Os camponeses se dividem. O velho Zezé dirige a resistência e a sua casa passa a servir também de sede da "Associação". Julião, deputado estadual e advogado de camponeses, se dirige até lá e é sequestrado por um pelotão da PM. O incidente repercute na Assembléia e na imprensa. "Isso torna o trabalho de Vitória de Santo Antão conhecido", diz Julião. A partir daí as Ligas se espalham. Diz o autor: "O primeiro congresso de foreiros e pequenos proprietários veio a realizar-se com sucesso na cidade do Recife, entre 10 e 13 de maio de 1958, com a participação, em seu encerramento, de uma massa de 5.000 camponeses em marcha pacífica pela cidade." (O Estado de São Paulo, entrevista referida).

O caminho da libertação

A partir daí, Julião formula sua concepção sobre as Ligas: "Me convenci de que o caminho para a libertação do camponês deve ser aberto pelo arrendatário e pelo colono, os únicos que têm condições de lutar pela fixação à terra. Por isso, ao invés de cuidar da sindicalização rural que não existe, praticamente, ainda, no Brasil, entendo que se devem criar associações de foreiros e colonos, com a configuração das Ligas Camponesas de Pernambuco." (O Estado de São Paulo, entrevista referida)

Esta é a perspectiva do depoimento de Julião chamado *O que são as Ligas Camponesas?*. A picada inicial rumo à Reforma Agrária seria, para Julião, a luta contra o aumento do foro, o cambão, a meia, a terça, o vale de barracão, e engano do lápis e dezenas de outras formas de "espoliação" do trabalho no campo. As Ligas Camponesas, prognosticava Julião, em 1959, "logo se transformarão em uma associação de âmbito nacional preconizando a Reforma Agrária como uma saída necessária e inevitável para amenizar o custo de vida que está levando o povo ao desespero e à revolta e tornar possível a criação de um grande mercado interno capaz de absorver os produtos do nosso parque industrial que se agiganta e ameaça despovoar os campos." (O Estado de São Paulo, entrevista referida)

Ja no livro, numa longa digressão que alcança até a página 23, Julião faz referências à existência de Ligas Camponesas na Alemanha (século XVI) e nos Estados Unidos, inferindo daí que, como no Brasil, onde houver "latifúndio e exploração feudal e escravista", aí estarão atuantes as causas das Ligas

Passados 18 anos desde o seu lançamento em 1962 pela Editora Civilização Brasileira inaugurando a coleção "Cadernos do Povo Brasileiro", a brochura "O que são as Ligas Camponesas" continua desconhecida, particularmente pelas novas gerações que se formaram a partir de 1964.

Documento histórico de relevo, a obra tem suas 68 páginas divididas em cinco capítulos, além da introdução (*As ligas Camponesas: origens e causas; Os meios de difusão das Ligas; O quatriênio de terror; Constituição, localização e expansão das Ligas; O fatores de sucesso das Ligas*). Nela, Francisco Julião, filho, neto e bisneto de latifundiários, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, em Pernambuco expõe com nitidez seu pensamento político centrado na idéia da Reforma Agrária e de combate ao latifúndio e ao imperialismo, processo que contaria com o campesinato como força social hegemônica capaz, a um só tempo, de neutralizar ou atrair a burguesia industrial nacional.

Embora original no que se refere ao papel do campesinato, essa tese está, no entanto, afinada com o enfoque nacional-reformista do período, que considerava o Brasil como um país semi-colonial e semi-feudal e que deveria, necessariamente, cumprir uma etapa de revolução burguesa e democrática, anti-imperialista e anti-latifundiária, alcançada através de uma frente única entre os setores populares e a burguesia nacional.

Da mesma forma que a abordagem teórica que preside seu "O Que são as Ligas Camponesas" algumas das propostas de Julião foram superadas. Se a repressão intensa que seguiu ao golpe militar de 1964 foi um importante fator para o desbaratamento das "Ligas" — o próprio Julião teve que exilar-se — a verdade é que o processo de formação de sindicatos rurais, que se intensificou no período anterior à derrubada de Goulart, esvaziou a proposta das "Ligas"; os sindicatos de trabalhadores rurais reúnem hoje, não só os assalariados como também toda aquela imensa multidão de parceiros, meeiros e pequenos proprietários do campo brasileiro. Porém, essa constatação não invalida a divulgação da resenha do texto de Francisco Julião, imprescindível para o conhecimento de um momento importantíssimo de lutas de nosso povo.



Reforma Agrária, a principal bandeira das Ligas.

Ligas, sim. Sindicato não

Julião detende este ponto de vista: Ligas, sim. Sindicato rural, não. No Brasil, diz ele, as primeiras organizações camponesas foram no sentido de constituir sindicatos rurais. Em Pernambuco, existiram em Escada, Goiana, Pau D'Alho, sendo violentamente reprimidos, sem obter o registro, a despeito das promessas de Vargas

Em 1955, quando surge a "Sociedade", mais tarde chamada de Liga Camponesa pela imprensa reacionária, a batalha iniciada no Engenho Galiléia termina com a vitória dos camponeses, na Assembléia Legislativa, que votou a desapropriação da Galiléia, mediante projeto de lei de autoria do deputado socialista (PSB) Carlos Luiz de Andrade. Três mil camponeses haviam se concentrado ao redor da

Assembléia Legislativa e feito uma passeata até o Palácio do governo.

O governo estadual reage e cria a "Companhia de Revenda e Colonização", para combater as Ligas. Em novembro de 1955, um grupo de camponeses de Goiana (PE) repele à bala uma investida da polícia, no "Engenho Samambaia". Daí em diante, um grupo de deputados passa a dar assistência integral aos camponeses. A violência do latifúndio se generaliza. As Ligas organizam seu próprio esquema de resistência, sua "força de resistência passiva", diz Julião. (p. 29) As Ligas estabelecem sede no Recife e criam delegacias por todos os lados. O terrorismo latifundiário se espalha. Tratores são lançados sobre aglomerados camponeses. Incêndios e assassinios ocorrem copiosamente. Camponeses são mutilados e suas carnes lançadas aos cães. Outros são marcados a brasa, ferro quente. A grande imprensa silencia sobre estes fatos. Mas as Ligas crescem. Daí a sua virtude, comparativamente aos sindicatos.

Primazia do campesinato

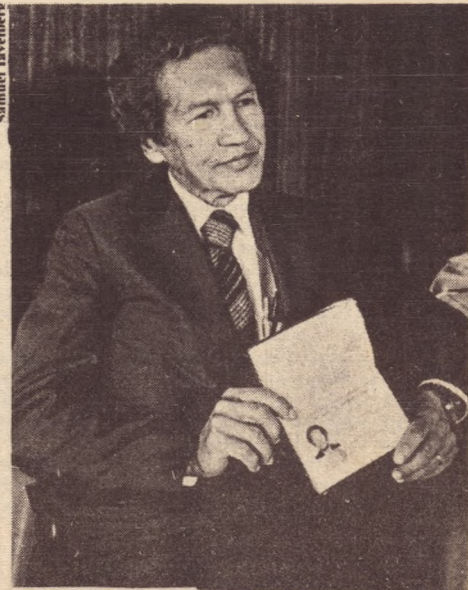
Esse é o quadro geral. Os argumentos de Julião são os seguintes: característica marcante do assalariado rural é a instabilidade, a migração, a desorganização, devidas ao fato de que ele não se vincula à terra. Quanto mais numa situação em que o capitalismo agrário é ainda frouxo, não dominante, do que decorre a grande primazia do campesinato sobre o proletariado rural. Além disso, a luta do assalariado é econômica, salarial, pré-política. Soma-se a isto o quadro institucional no que se refere ao sindicato. O Conselho de Segurança Nacional pronunciou-se, anteriormente, contra o registro de um sindicato rural do sul do país. Resultou disto a atitude do Ministério do Trabalho que firmou jurisprudência sobre o assunto, impedindo a legalização de sindicatos rurais. Apenas em 1961 é que o STF defere mandado de segurança autorizando o registro de um sindicato rural.

As Ligas Camponesas, por seu turno, encontravam suporte no Código Civil brasileiro, base do direito burguês, porque compreendia o direito privado, servindo portanto ao campesinato, interessado na propriedade da terra. O Código Civil, segundo Julião, representa no Brasil uma enorme conquista das classes exploradas pelo feudalismo, ou seja, diz ele, a burguesia e o campesinato. Logo, a Reforma Agrária seria o baluarte na luta anti-imperialista e anti-latifundiária, e o cimento de sua tentação da revolução burguesa (inacabada), através de uma acumulação (nacional) de capitais, autônoma e possibilitada pelo agigantamento camponês do mercado interno. Portanto, a questão agrária para Julião não era mais que Reforma Agrária, que interessava ao posseiro, foreiro, parceiro, meeiro, etc. A luta camponesa, sustentada no Código Civil, neutralizaria a burguesia, e levaria o latifúndio ao isolamento.

A unidade da luta camponesa com os operários e outros setores se daria através do vínculo geográfico da cidade-capital, onde ficava a sede da Liga. Quanto ao assalariado rural, ele não aparece de fato na estratégia de Julião, embora este lhe reconheça importância, referindo-se ao tratamento dispensado por Mao Tse-Tung aos camponeses pobres, dentre os quais estariam os assalariados rurais.

Julião dizia que "Desde que se conseguiu registrar o primeiro sindicato agrícola, há vinte anos (1942), em Campos, Rio, até nossos dias, somente seis sindicatos desse tipo eram legalizados." As Ligas, ao contrário, se espalhavam além das fronteiras de Pernambuco.

A conclusão é a seguinte: "A medida que cresce a resistência das Ligas Camponesas o latifúndio se isola. Esse processo é irreversível. É que o latifúndio está contra a História. E o camponês no lombo dela" (p. 64) "Assim falou Julião".



Julião: os camponeses deveriam dirigir a revolução

As lutas camponesas no 'Sul Maravilha'

Mesmo nos centros mais desenvolvidos do país os conflitos de terra entre camponeses, proprietários e grileiros são uma constante, tanto quanto na famosa Amazônia. E a violência, inclusive os assassinatos, são os recursos «normalmente» empregados.

Reportagem de José dos Reis e Roberto Rodrigues

Quase que diariamente «a grande imprensa» noticia, embora sem destaque, a ocorrência de conflitos de terras envolvendo grandes proprietários, grileiros e posseiros, conflitos estes que se caracterizam por toda sorte de desmandos e violências e cujo desfecho, no mais das vezes, é a morte. Se estes fatos são comuns na região Amazônica, zona de fronteira agrícola, é pouco conhecido que eles ocorram também aqui, no «sul maravilha», principalmente no Rio de Janeiro, estado dos mais urbanizados e cosmopolitas.

Em novembro último, a luta pelo direito ao trabalho e à posse da terra fez mais uma vítima: o lavrador e posseiro de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, José Ferreira Nunes Filho, morto com tiros a queima roupa quando, junto com outro, ajudava um companheiro a fazer chegar ao mercado sua produção. Sua morte é o desfecho de uma luta iniciada há mais de um ano entre proprietários e lavradores da fazenda Bacaxá, onde os trabalhadores vêm sendo forçados a pagar parcelas de sua produção de laranja e mamão bem acima do que determina a lei. (Ver box)

Se este fato trágico é mais um a ilustrar os conflitos de terras que nunca deixaram de existir por este Brasil afora, consequência de uma estrutura fundiária distorcida e intocável, ele vem demonstrar também a disposição de luta do homem do campo e a necessidade de sua organização, que vem sendo retomada pouco a pouco, depois do quase completo aniquilamento no pós-64 e quando o Estatuto da Terra completa mais de 15 anos de não aplicação.

Uma conquista inédita

No dia 13 de dezembro último, por exemplo, a região de Campos Novos — Cabo Frio — foi palco de um fato inédito: 350 famílias de posseiros receberam um trator das mãos do prefeito. O fato é inédito por não existirem casos semelhantes em todo o Estado e mais ainda por ser o único exemplo conhecido onde a administração entrega um instrumento de trabalho sem impor condições. Isto, porém, não veio como presente mas é o resultado de uma campanha antiga, na qual os trabalhadores reivindicavam da Prefeitura um trator, um terreno para a sede

do sindicato e lugar na feira municipal, assegurando canais de comercialização que eliminassem os intermediários. Com a conquista da máquina, que será gerida e controlada pelos próprios lavradores, novo desafio se coloca: a necessidade de auto-organização para planificar a utilização da ferramenta. No mesmo ato foi eleita uma comissão com esse objetivo.

Esta vitória e cada uma das reivindicações vem fortalecer a luta pela posse da terra. No dizer de um dos presentes, a máquina é de «importância fundamental, ela legitima a posse, pois afinal a prefeitura reconhece nos fatos os direitos dos posseiros», que desde 1960 lutam com o grileiro Jamil Cury Hizziava, que entre outros métodos se utiliza de espancamentos, destruição de lavouras, incêndios de casas etc. Nisso, no entanto, Cabo Frio não está só; no Estado do Rio existem hoje aproximadamente 50 focos de conflitos envolvendo posseiros.

O grileiro INCRA

Destes, Cachoeiras de Macacu é também um caso especial. Em seus limites, São José da Boa Morte — fazenda onde vivem 16 famílias — é um exemplo conhecido em toda região pela resistência dos trabalhadores em abandonarem a luta por seus direitos, luta esta que se iniciou em 1963. Ainda hoje, cerca de 80 pessoas seguem lutando pelo direito à posse da área em que vivem há mais de 4 anos.

A «encrenca feia» começou quando o Incra entregou a fazenda para ser disputada em juízo, isso depois de tê-la desapropriado para fins de implantação de reforma agrária, justificando a medida com o fato de várias pessoas reivindicarem o direito de propriedade da região. Embora este seja um caso de grilagem pura e simples, o Juiz concedeu o sequestro da área, impedindo legalmente a continuidade das plantações.

Na realidade, isso não é coisa nova. Por duas vezes os posseiros já foram quase expulsos, não o sendo apenas pela intervenção decidida do sindicato e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio — FETAG. Mas, as coisas não param aí. Recentemente o próprio Juiz do lugar destruiu pessoalmente parte de uma plantação.

E como se não bastasse, além da

usual violência policial o poder tem também à sua disposição a sutileza do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — que ao invés de estar defendendo o meio ambiente, patrocina um inquérito policial contra os posseiros, acusando-os de desmatamento da região.

A violência é legítima

Frente a esta saraivada de pressões, a resistência dos posseiros começa por permanecer na terra. Um dos posseiros, por exemplo, é enfático: «ninguém tem título de propriedade. Eu trabalho para não deixar meus filhos morrerem de fome. E ainda sobra pra vender na cidade. Eu tenho direito à terra». Outra forma de lutar é seguir plantando e construindo benfeitorias na posse. Além disso, há também as respostas por vias judiciais, ou as queixas-crime contra agressões.

Muitos não sabem, entretanto, que o Código Civil, em seus artigos 502 e 160, garante o uso e o exercício

de defesa da posse «por sua própria força», ou seja, pela violência, desde que «o faça logo», no momento mesmo da agressão do fazendeiro ou do grileiro.

Nesse contexto, o Sindicato de Trabalhadores Rurais da área tem um papel relevante. Esse papel se desdobra em vários níveis. Primeiro, na assistência jurídica. Em seguida, no nível político: a orientação geral é estimular o trabalhador a não abandonar as terras, a trabalhá-las, a construir nela, uma atuação que interpreta os desejos e a vontade dos posseiros em geral.

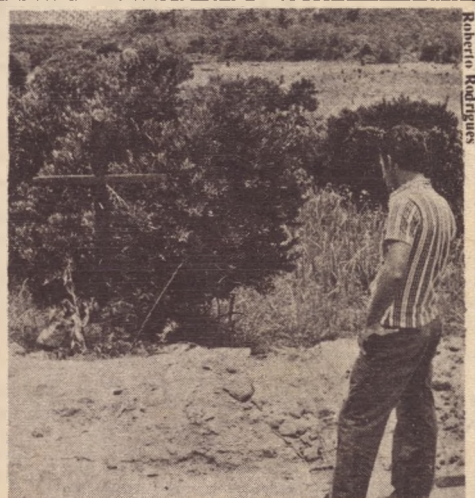
A questão da organização e participação é resolvida, com o trabalho de 1 ou 2 representantes em cada agrupamento importante da região, que se constituem nos elementos de ligação entre a base e o sindicato. Além disso, periodicamente há reuniões entre os núcleos e a diretoria. Na opinião de João, presidente do sindicato, «antigamente o pessoal buscava a sede para tratamento médico. Hoje, a maioria busca a gente para a luta»

O assassinato como expediente

“O que vocês fizê por nós tá bom, a gente tá precisando». Com estas palavras o lavrador Abílio, concunhado de José Ferreira Nunes Filho, também lavrador, assassinado no dia 9 de novembro passado, se despediu da reportagem do EM TEMPO. A conversa com Abílio fora em torno do assassinato de José e das condições de vida e trabalho dos posseiros em Rio Bonito.

Há mais de um ano os lavradores da fazenda Bacaxá vêm sendo forçados pelo proprietário a pagar parcelas de sua produção de laranja e mamão bem acima do que determina a Lei. Diante disso, os trabalhadores resolveram vender no mercado os frutos de sua produção agrícola, conforme determina a Lei 4504, José Ferreira e seus companheiros tratavam apenas de assegurar a subsistência. O fazendeiro, no entanto, passou a barrar as estradas, impedindo com isso, o acesso dos caminhões dos compradores às mercadorias.

Na sexta feira, dia 9 de novembro, José Ferreira, José Retameiro e o próprio Abílio, ajudavam a um companheiro a retirar da roça mais uma mercadoria destinada ao mercado. Apesar de já terem sofrido ameaça de morte, eles haviam resolvido continuar a lutar pelos seus direitos. Quando passavam pela estrada no caminhão que iria realizar o transporte, foram surpreendidos com uma motocicleta atravessada na estrada, impedindo a passagem do veículo. Ao tentarem retirar a



O possessor Abílio diante da cova de seu concunhado assassinado

motocicleta do caminho, foram abordados pelo administrador da Fazenda, Alvaro da Costa, que sacou de uma arma contra Jorge Freitas, dono da mercadoria. Diante disso, José Ferreira tentou acalmar os ânimos, colocando-se na frente do companheiro. Alvaro da Costa atirou a queima roupa e José teve morte imediata. O assassino ainda descarregou a arma nos companheiros de José mas não conseguiu atingi-los. Até hoje o assassino continua solto, e sequer foram tomadas providências eficazes para detê-lo.

Abílio continua revoltado com o assassinato e com a situação. Ele está há mais de 4 anos no local, trabalhando a terra abandonada pelo fazendeiro. Muito suor, muito cansaço, para ser dado, assim de graça. «Quando aqui cheguei, era tudo mato». Hoje ele até tem uma casinha, feita por ele e a mulher. «Eu fiz até os tijolos, e até hoje sinto o peso aqui» disse ele, mostrando as costas. Mas Abílio está com medo. Para ele o fazendeiro vai ficar de fora disso tudo, «e um dia simula um assalto e a gente morre». Mas enquanto der, ele vai continuar lutando, ele e seus companheiros.



Reunião do Sindicato de Cachoeira do Macacu



Oposição Médica em BH

Nos próximos dias 4, 5 e 6 de fevereiro, dois mil médicos de Belo Horizonte deverão ir às urnas para eleger uma nova diretoria para o seu sindicato. Mas, diferentemente, dos outros anos, em que a chapa encabeçada por Antônio Fernão Dias da Silva, há nove anos ocupando a diretoria do Sindicato, concorria sozinha, os médicos mineiros poderão ter uma alternativa. Este ano, concorre a chapa "Renovação Médica" que apresenta uma proposta de ativação da vida sindical dos médicos centrada em quatro pontos programáticos: por um sindicato forte, unido, amplo e representativo; por melhores condições para o trabalho médico; por melhores condições de saúde da população e pelo aperfeiçoamento do ensino médico; pela implantação de uma verdadeira democracia no país.

Este programa, de certa forma, já vem sendo desenvolvido pelo núcleo que originou a chapa "Renovação Médica" - o Grupo de Estudos Médicos que há quatro anos leva uma sistemática atividade junto aos médicos mineiros. Mesmo se definindo como oposição sindical, o GEM procurou trabalhar dentro do atual sindicato mas foi obstaculizado (quando da campanha de sindicalização, realizada recentemente pela oposição, a diretoria atual do sindicato boicotou a iniciativa negando fichas de inscrição e dificultando o pagamento das mensalidades) e até hostilizado (em meados do ano passado uma publicação do sindicato, buscando inspiração nas costureiras adjetivadas de direita classificou os médicos da oposição como anarco-sindicalistas). Apesar de não encontrar nenhum apoio material, o GEM, além de editar o jornal "Opinião Médica" e promover sistematicamente debates sobre condições de saúde da população, tem marcado sua presença nos acontecimentos mais importantes na área de Saúde em Minas: nas recentes eleições para o Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira, no movimento dos médicos residentes, na greve dos médicos do Hospital Santa Mônica, na denúncia do escândalo do contrato firmado entre a Acominas e a multinacional AML.

Em Tempo entrevistou o candidato a presidência pela chapa "Renovação Médica", o médico Célio de Castro. O que levou vocês a constituírem uma chapa de oposição?

Célio de Castro - A constituição da chapa de oposição sindical partiu de determinadas contradições objetivas. Em primeiro lugar, a má condição em geral existentes para o trabalho médico, caracterizada por jornadas de trabalho estafantes, pela necessidade de acumular empregos para sobreviver, devido à baixa remuneração na maioria dos empregos e pelo negação sistemática dos direitos trabalhistas. Em segundo, a precaríssima situação da prestação de assistência médica à população, marca-

da pelo tempo insuficiente, locais inadequados, ausência de recursos básicos, tudo isso gerando filas, demora no atendimento, justa revolta dos atendidos e conflitos entre os médicos e os pacientes. E para nós a necessidade de lançarmos uma chapa de oposição ficou mais evidenciada quando constatamos a postura cômoda e omissa da maioria das entidades médicas em relação às condições de trabalho médico e à qualidade da assistência prestada à população.

— Como você analisa as reações dos profissionais em Medicina colocados diante dessa situação de aviltamento profissional e precárias condições de assalariamento?

— C.C. - Ao nível do comportamento dos médicos, o que se vê são sentimentos de confusão e perplexidade gerados pela crise que atravessa a medicina atualmente no Brasil. O modelo econômico privatizante, concentrador e expropriador do trabalho, aliado a um modelo político autoritário, teve reflexos muito nítidos na profissão médica. Assim é que, de cem mil médicos existentes no país, 90% se concentram em São Paulo, Rio e Minas. Desse, 97% são assalariados. O processo de assalariamento seguiu as linhas clássicas do modelo econômico vigente: contenção salarial e possibilidades de lucros por parte de terceiros que exploram o trabalho médico, principalmente as chamadas empresas de prestação de serviços médicos, que atuam em convênios com as grandes organizações industriais e comerciais. Isso gerou dois tipos de consequências: ao nível dos médicos assalariados, as greves, os dissídios coletivos e, em certa medida, uma aproximação da categoria médica com os setores assalariados da população. Por outro lado, a lógica do sistema incorporou o fruto do trabalho médico à dinâmica do capital.

— Como a chapa Renovação se coloca frente a atual política oficial de saúde?

— C.C. - Na área específica de saúde, o modelo econômico e político se refletiu no que se convencionou chamar Plano Nacional de Saúde. Este plano, vigente há 15 anos, pode ser caracterizado como autoritário, privatista, mercantilista e anti-popular. Autoritário, porque fruto de um Governo ditatorial que legou aos seus burocratas a sua elaboração, impedindo a participação dos profissionais de saúde, da comunidade médica e da população em geral. Privatista: só para exemplificar, o INAMPS que é a maior agência empregadora de serviços de saúde do país, transfere para a iniciativa privada 97% dos seus serviços. E mercantilista porque ao fazer isso, transforma a saúde e a doença em objeto de transação da qual se obtém lucro. Finalmente, é anti-popular porque dando ênfase à formação de médicos altamente especializados, privilegia o atendimento às minorias mais ricas da população.

reprodução da atual diretoria. A única diferença é que E. Santolin, presidente do Sindicato de Bancários de Santo Angelo e representante da Federação junto à CONTEC, foi rebaixado à categoria de suplente. O sindicalista — que durante a greve dos bancários foi preso no ônibus especialmente fretado para levar os trabalhadores ao Comício de Brizola — não aceitando perder as vantagens de seu posto, lançou uma segunda chapa. A diferença da chapa dois com a da situação é que ness Santolin é reconduzido ao seu cargo de representante junto a Confederação.

As duas chapas concorrentes são uma



Metalúrgicos de São Paulo querem assembléia para enfrentar pelegos e carrapatos

boa mostra da indiferença dos burocratas da Federação para com os 26 mil bancários do Estado que pretendem representar. Indiferença essa que assume um caráter de conciliação com a ditadura, quando aproveitando-se da intervenção no sindicato de Porto Alegre, que congrega 14 mil trabalhadores, excluem Olívio Dutra de todas as discussões sobre o processo eleitoral, impedindo com isso a criação de uma alternativa que canalize o descontentamento dos sindicalistas combativos de base que não apoiam as manobras do sr. Paulo Steinhaus e companhia.

Juiz de Fora Garis em Greve

Os garis de Juiz de Fora, a antiga "Manchester Mineira", começaram com disposição o ano: indignados com o descaso da prefeitura, que atrasou o pagamento do salário de dezembro do ano passado e do 13º, eles resolveram cruzar totalmente os braços, no sábado 5 de janeiro.

Diante do mau cheiro que se espalhou pela cidade, a Prefeitura teve que buscar um acordo com os trabalhadores, comprometendo-se a saldar totalmente seus débitos até os dias 14 e 15 próximos. De quebra, aproveitou para punir 70 garis, demitindo sumariamente 56 deles por participação em greve ilegal (legal para a Prefeitura), além de instaurar inquérito administrativo contra outros 14, suspensos preventivamente por 30 dias.

Eletricitários SP Briga pela produtividade

Perto de 500 eletricitários de São Paulo, reunidos em assembléia no sindicato da categoria, no último dia 4, sexta-feira, decidiram exigir da direção da Light a concessão de 5 por cento de reajuste, além do índice governamental, a título de produtividade, não aceitando a proposta da empresa, que fixava-se em torno de apenas 3 por cento.

Provavelmente na próxima sexta-feira, dia 11, eles voltarão a reunir-se novamente, quando saberão do resultado das negociações mantidas por dirigentes do sindicato e representantes do governo federal, em Brasília.

Metalúrgicos SP

Joaquim não marcou assembléia

Joaquim dos Santôs Andrade, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo ainda não teve tempo para convocar a diretoria da entidade para marcar a data da nova assembléia da categoria (os pelegos já afirmaram abertamente que desrespeitarão a decisão da última assembléia, que havia fixado para o dia 15 deste mês). Uma das questões mais importantes a serem discutidas será, sem dúvida, a da continuidade do funcionamento dos comandos regionais de mobilização e das sub-sedes, não aceitas pelos pelegos e pelos carrapatos que infestam o sindicato (são poucos, é verdade, mas são desagradáveis). Além disso, deverá ser apresentada a proposta da Oposição Sindical de realização do Congresso dos Metalúrgicos da capital, que vem sendo seguidamente escamoteada pela atual direção.

Além de levar o maior número possível de trabalhadores, para reforçar suas posições, os metalúrgicos combativos, membros das correntes de oposição e os integrantes dos comandos, deverão preparar cuidadosamente sua participação na assembléia. E que deverão estar preparados para repelir as provocações costumeiras dos pelegos e os ataques que os amigos dos carrapatos costumam promover.

Central Sindical SP

Fracassou conferência

Insistentemente convocada pelo jornal "O Trabalho" e encampada por reduzidos setores do movimento popular, a Primeira Conferência Nacional por Sindicatos Livres Pela Sindical Independente realizado nos dias 15-16 de dezembro terminou esvaziada. Além do pessoal da casa, pouca gente esteve presente, notando-se a ausência de representantes dos movimentos de Oposição Sindical e das lideranças mais combativas do sindicalismo brasileiro.

Bandeiras justas em princípio, a libertação dos sindicatos e a criação de uma Central Sindical ou uma Central única, seja lá o nome que tenha, no entanto, é enfocada de distintas maneiras pelas várias correntes do movimento operário. E, certamente,

como demonstrou o fracasso da Conferência, que acabou se tornando, na verdade, uma "Pré-Conferência", não é o enfoque mantido pelos seus patrocinadores o que parece contar com a maior aceitação. Toda a prática sectária e equivocada dessa corrente, já testada e derrotada nas greves dos bancários de Porto Alegre e São Paulo (na primeira foi isolada pela massa), na dos trabalhadores da construção civil de Porto Alegre e mesmo na dos metalúrgicos de São Paulo (negando-se, num primeiro momento, a participar dos comandos "atrelados" e depois tentando impulsionar o paralelismo) acabou por retirar o apoio à Conferência dos operários mais combativos.

Ou fazem com urgência uma retificação da linha até aqui adotada, os seus promotores estarão arriscados a promover, brevemente uma "Pré-Pré-Conferência", com apoio de três ou quatro entidades, dignas do maior respeito, mas, inevitavelmente, sem maior expressão no movimento sindical. (a UTE de Minas Gerais não vale ser citada: seu congresso negou-se a participar da Conferência).

Químicos SP

75% de reajuste

Aumentos escalonados, com um teto máximo de 75 por cento para os que percebem até Cr\$ 9 mil mensais, foi o resultado do acordo firmado por sindicatos dos químicos do ABC, Osasco e Rio Claro (cerca de 26 mil trabalhadores), firmado na segunda-feira, sete de janeiro, na FIESP.

Vigilantes SP

Ameaçam nova greve

Piso salarial de Cr\$ 7 mil, aumento fixo de Cr\$ 4 mil sobre os salários atuais, sem escalonamento, seguro de vida de Cr\$ 200 mil para os casos de invalidez permanente ou morte natural, e de Cr\$ 300 mil para os casos de morte acidental, são algumas das reivindicações aprovadas pela Associação Profissional dos Empregados de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo, reunidos em assembléia realizada no sábado, 5, na Igreja de Santo Antonio do Pari. Os vigilantes não escondem sua indignação com a atitude tomada por muitas empresas do setor, como a Estrela, Azul, Empase, Protec, Oesvi, S. Jobim, Spil e Alvorada, que não pagaram os 47% de reajuste e o piso de Cr\$ 4 mil estabelecido no acordo firmado com os patrões no dia 1º de setembro do ano passado. Por isso, se as reivindicações atuais não forem atendidas, o pessoal ameaça partir para a paralisação total.

Gráficos SP

Sabotagem nas eleições

Só a sabotagem nas últimas eleições dos gráficos conseguiu impedir que a CHAPA 2 — chapa de oposição — ganhasse as eleições. Por isto, os candidatos da chapa dois lançaram um apelo para que toda a categoria compareça às novas eleições que foram marcadas, garantindo a vitória da oposição. Somente a unidade da categoria poderá derrotar a diretoria pelega e seus comparças.

As novas eleições serão realizadas nos dias 14, 15, 16 e 17 de janeiro. Os interessados em obter informações sobre a CHAPA 2 poderão telefonar para 222-6579.

Bancários RGS Eleições na Federação

No final de janeiro serão realizadas as eleições para a Federação dos Sindicatos de Bancários do RGS. A nova diretoria será eleita pelo Conselho de 23 sindicatos membros, o mesmo conselho que em Setembro, sem nenhuma consulta às bases, decretou o final da greve no interior do estado, um dia após o seu início.

A chapa 1, encabeçada pelo atual presidente Paulo Steinhaus, é uma



A crise da esquerda e o PT

O leninismo, a crise da esquerda revolucionária, o PT e a conjuntura atual, vistos pelo Movimento de Emancipação do Proletariado.

Por Marco Aurélio Garcia

O Movimento pela Emancipação do Proletariado — MEP — é uma organização de esquerda clandestina que praticamente só apareceu na imprensa durante a cobertura das prisões e dos processos instituídos pela ditadura contra alguns dos seus militantes.

Originário da OCMLPO (Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária), no início da década, com a denominação de "Fração Bolchevique", o MEP conseguiu atravessar os piores anos de repressão, construindo uma estrutura nacional e criando novas bases. Neste depoimento, concedido indiretamente por um dos membros do Secretariado Político do seu Comitê Nacional (perguntas e respostas foram trocadas por escrito), estão reveladas as principais posições defendidas pelo MEP junto aos trabalhadores, nos últimos anos.

As posições do entrevistado, segundo breve nota introdutória que acompanhou as respostas, são de modo geral compartilhadas pelo Secretariado Político do CN da organização, apesar de não representarem formalmente uma manifestação desse organismo. Aqui, inclusive, fica claro o porquê da adesão do MEP à proposta do PT (Partido dos Trabalhadores) e a concepção que possui sobre esse partido.

As tendências atuais apontam para a continuidade das lutas, dado que a ditadura não resolveu nem diminuiu os problemas dos trabalhadores. Mas já está se esgotando um primeiro ciclo das lutas de massa, onde predominaram suas características mais espontâneas. Hoje, a disposição das massas se mantém, e o fortalecimento da esquerda revolucionária e dos setores conscientes do movimento indica claramente que é possível inaugurar uma nova fase nas lutas de massa da classe operária e do povo, onde as mobilizações tenham como características uma organização e uma consciência política mais desenvolvida; e, consequentemente, coloquem-se objetivos mais amplos. A própria violência da repressão aos movimentos grevistas colabora a seu modo para a efetivação das lutas de massa.

A crise da esquerda

A crise da esquerda revolucionária brasileira e mesmo da internacional é antes de tudo uma crise de perspectiva política. Nos países europeus, onde é forte a presença dos PCs ou da social-democracia junto aos trabalhadores, a esquerda revolucionária não conseguiu romper o monopólio reformista de controle dos movimentos de massas. Por outro lado, o movimento de massas desenvolveu algumas lutas que escaparam dos controles burocráticos dos reformistas, colocando na ordem do dia novos problemas para a esquerda: como absorver essas formas de luta e organização espontânea dos trabalhadores, como incorporá-las dentro de suas formulações táticas e estratégicas? Pelo menos em nosso país a esquerda revolucionária que se forjou no processo de crise do reformismo tradicional, após o golpe de 1964, era uma esquerda jovem e inexperiente, que herdou do PCB a fraqueza política e teórica e muitos vícios de interpretação da realidade. Era



uma esquerda que buscava romper com o reformismo, aniquilar a ditadura e construir o socialismo, com base quase que tão somente no seu entusiasmo e dedicação inquebrantáveis aos interesses dos trabalhadores.

A juventude e a inexperiência da esquerda revolucionária brasileira, empurraram-na a partir de 1967 a buscar resposta a estes problemas por meio da elaboração de fórmulas mais ou menos rígidas de organizar as massas, de fazer surgir seus organismos de poder, suas formas de luta, etc. Este tipo de doutrinarismo tornava as organizações revolucionárias incapazes de avaliar objetivamente a realidade e de absorver tendências em curso ou mesmo experiências concretas que se produziam entre as massas.

É preciso que se diga que ele representa um desvio do marxismo-leninismo que esteve presente nas diversas correntes em que se dividiu o movimento da esquerda em nosso país, independentemente do desejo de seus mentores: stalinismo, trotskismo, maioísmo, guevarismo. E é justamente nas tendências de esquerda que mais longe e por mais tempo mantiveram este tipo de doutrinarismo, que surge e se expande uma crítica à teoria leninista de organização e ao próprio leninismo.

A razão disto é muito simples. Num época de descenso das lutas de massa, onde predominava a apatia, a desmobilização, o desinteresse pela política, qualquer projeto político pode aparecer como a resolução para os impasses em que se encontra o movimento. Construídos com bases nos desejos sempre bem intencionados de revolucionários que aspiram as grandes massas mobilizando-se contra a exploração e a opressão capitalistas e não por meio da elaboração científica com base na realidade e nas tendências presentes em seus interior, estes projetos políticos acabam mais cedo ou mais tarde por chocar-se com a própria realidade, levando muitas organizações de esquerda a criarem em nome do marxismo-leninismo modelos organizatórios autoritários, ultra-centralizados, a fim de conseguirem uma intervenção eficiente nas lutas ou manifestações e de provar sua unidade política.

Ora, quanto mais dinâmica é a prática política, mais estes modelos entram em crise, arrastando consigo o

coletivo que os adotou. Não é a toa que em nosso país foram as organizações de esquerda que mais enveredaram por este tipo de doutrinarismo, que se tornaram um campo fértil para a crítica do leninismo e a expansão de idéias autonomistas ou anarquistas; e também não é à toa que o momento desta mudança é exatamente o dos anos que marcam a virada do movimento de massas em direção a um novo e vigoroso ascenso.

Desde a sua formação, o MEP desenvolveu uma firme luta política e ideológica tanto contra o democratismo pequeno-burguês, quanto contra o doutrinarismo e suas concepções políticas e organizativas sectárias. Neste combate afirmamos sempre, e a vida tem demonstrado, que não cabe a nós, comunistas, inventar o movimento de massas, nem suas formas de luta e de organização, mas sim elaborar propostas políticas capazes de auxiliar o movimento a crescer, a se organizar e a se tornar mais e mais consciente, e na exata medida em que nossas propostas se mostrarem corretas seremos capazes de dirigir este movimento rumo ao triunfo da revolução socialista.

As novas condições da política

O MEP define-se portanto como um partido de esquerda que considera o leninismo em geral e principalmente a teoria leninista de organização, como parte inseparável do marxismo revolucionário. Podemos mesmo dizer que, sem um partido revolucionário organizado e, disciplinado com base nas concepções de Lenin, não se pode aspirar a dirigir as lutas das massas trabalhadoras rumo ao triunfo de uma revolução e do socialismo. Especialmente no momento atual, onde se torna decisivo para a classe operária tornar seu movimento mais consciente e organizado. A luta pelo predomínio do marxismo-leninismo é a luta contra a desorganização dos trabalhadores, contra a dispersão de suas lutas, a favor da construção de um partido revolucionário e de um amplo movimento político contra a ditadura e a exploração capitalista.

É evidente que, num momento em que se torna possível e mesmo decisivo avançar em direção às grandes lutas políticas de massa contra a ditadura, as quais exigem formas de organização mais complexas e bem prepara-

das, qualquer «ogeriza» à grande política» corresponde a preconceitos herdados da época de descenso do movimento de massa. É claro que estes preconceitos se fortalecem com as posições e os métodos de ação dos reformistas e neo-reformistas em parcelas do movimento, uma desconfiança frente à esquerda e um certo receio entre as lutas políticas mais gerais.

No Brasil, nos últimos anos, estiveram fechados todos os meios para a luta política legal dentro de uma perspectiva revolucionária. Neste sentido, frente às eleições era comum o voto nulo, frente aos sindicatos, propunham-se formas paralelas. Só a partir de 77/78, o espaço político legal vai se ampliando e a esquerda o ocupando.

Isto se faz de uma forma bastante lenta e sem nenhuma experiência anterior. Excluindo o PCB, nenhuma organização clandestina tem experiência acumulada de uma prática legal. As últimas eleições foram uma lição de maior importância para a nova esquerda, a prática parlamentar voltada para a luta dos trabalhadores é uma experiência quase inédita no país. Até hoje esses meios legais de luta foram utilizados pelo populismo e para controle político das massas. A esquerda que emerge desses longos anos de descenso é ainda bastante fraca para empolgar todos aqueles que despertam para a política e que com sua combatividade procuram formas novas de fortalecer as lutas.

O que representa o PT

Recentemente lançamos um documento que coloca a nossa posição em relação ao PT. Lá dizemos que somos pelo partido revolucionário da classe operária, pois ele é indispensável ao avanço da luta dos trabalhadores, para dirigi-la rumo à conquista do governo dos trabalhadores e pelo socialismo. Mas hoje, são muitos aqueles trabalhadores que despertam para a política vinculados à igreja, sindicato ou bairros, e que lutam para fortalecer a organização política nas classes trabalhadoras, sem padrões. Nem toda essa gente se dispõe a pertencer a um partido revolucionário, tampouco a esquerda consegue ser um polo suficientemente forte para atrair toda essa nova força. Nossa perspectiva é de fortalecer a resistência dos trabalhadores como força independente, enquanto dentro dele estiverem representadas forças políticas que acreditem na luta das massas trabalhadoras como forma principal de luta contra a exploração.

Dado o caráter de frente política do PT, ele vive hoje problemas bastante grandes. Lançado no início do ano por um grupo de sindicalistas, a proposta do PT foi encampada por diversas forças de esquerda que não tinham até então nenhuma atividade de frente. Esta é uma primeira fonte de dificuldades do movimento pró PT. Por outro lado, as forças de esquerda organizadas, dada a sua capacidade e experiência de organização e direção política, dinamizaram o processo de implantação do PT. Algumas lideranças sindicais têm encontrado dificuldades em compreender este processo de implantação, o que dificulta muito a organização do PT. Esta é outra dificuldade do PT.



Pierre Clementi e Francisco Rabal em «Cabeças cortadas»

Último Tango, uma fantasia para se dançar a dois.

Último Tango em Paris, filme de B. Bertolucci, com Marlon Brando, Maria Schneider, Massimo Girotti, música de Gato Barbieri.

“A natureza e o tipo de um amor se inscrevem rigorosamente no destino que esse amor prepara ao nome e ao sobrenome” (W. Benjamin. Sombras breves)

Pois então entremos neste mundo sem nomes, desnudemo-nos de nossas histórias da vida: tão pesadas, tão opressivas, tão carregadas de culpa. Se lá fora, fora das paredes deste apartamento, o mundo exige que prestemos contas de nosso grande amor musculoso, façamos deste apartamento o mundo. Afrontemos as fronteiras do desejo.

Você me olha, me beija, me abraça. Meu nome? No names here. Not one name. Porque nós não precisamos de nomes aqui. Esqueçamos tudo. Se eu posso? Não sei. Só sei que tive um milhão de nomes na minha vida. E não quero outro. I would be better off with a grunt or a groan than with a name. Nada melhor que um grunhido. Grunt.

“O matrimônio, que destituiu a mulher de seu sobrenome original, interfere também com o nome — o que vale para quase toda a aproximação sexual. Envolve-o com apelidos carinhosos, que irão substituí-lo durante anos, mesmo décadas” (W. Benjamin. Sombras breves)

Saciada na truculência musculosa do amor sem nomes, Jeanne carrega o corpo ao encontro daquele outro amor (?): bem comportado, todo feito dela e do movimento prestimoso (música neurótica e o concerto de ruídos na gare imensa; trens: multidão anônima, correndo sempre; a equipe cinematográfica do novo chegando; luz, câmera, ação: “si je t’embrace, c’est peut-être du cinéma”).

Mas não, não pode ser, ele está ali defronte a Jeanne: toda ela uma súplica muda, pedindo me abraça me abraça, passei todo o tempo pensando em você, j’ ai pensé toujours à toi, seulement à toi. “Embrace-moi, je t’ en prie”. Excelente! corte, take magnífico! (C’ est peut-être du cinéma). A dura poesia concreta do amor bem comportado.

Último tango: um filme musical a partir do nome: a cadência dolente do ritmo argentino, ponteados de fraseados trágicos. Mas enganam-se os que buscam os momentos mais dramáticos de tango no interior das quatro paredes do apartamento; eles estão fora, nas ruas, na loucura cotidiana do metrô com seus labirintos infinitos, na morte lenta agenciada por Djes semelhante enormes besouros belicicosos, na presa amargurada das gentes se dissolvendo pelas ruas de uma Paris que não se (lhes) permite ser (em) bonita (s). E assim vamos todos: as ruínas do desejo assentando sobre o tango nosso de cada dia.

E, de repente, um tango — o avesso do tango — individualiza as duas figuras, entrevistas solitárias peregrinas engolidas pelas ruas macabúvias da cidade que não é luz. Um tango, outro mundo: o apartamento que oculta perigosos segredos em desvãos sobre os quais é de todo inútil nos indagarmos. Segredos? Mas você tem medo de segredos; e depois, está em você o único segredo que vale a pena ser sabido. Só que você sempre teve medo. De tudo. Are you afraid? Não? Tanto não. Aahn. Repita comigo: repeat after me: as sagradas instituições, sempre ensinando a mentir; Sagrada Família, Igreja de bons cidadãos, Holy Family, Church of good citizens; as crianças são torturadas até aprenderem a assassinar a liberdade em nome do egoísmo; vamos foder — a família, fuck the family, fuckin’ in the family, fuckin’ in family; experimente é legal, dois (dedos): genial, não há nada igual mas tudo tem manteiga e tem sal.

Love? Não sei se é o que fazemos. Let’s just say we’re doing a finer sort of drama. Sim, um drama mais sutil. Um tango, o nosso.

“O caráter destrutivo não vive do sentimento de que a vida é valiosa, mas da impressão de que o suicídio não vale a pena” (W. Benjamin. O caráter destrutivo).

E depois, mais uma vez sozinho nas ruas: aquela loucura, mansa do metrô, anticlímax musical/policiacs ruas e faces banais. Logo, o hotel e a esposa suicidada. É exasperante; tudo, tudo pode ser conhecido, menos ela que fez do casamento uma trincheira, e depois precisou apenas de uma navalha e uma banheira cheia d’água para se subtrair da trincheira e da vida. Os motivos dela? Não sei. Choro. Não de raiva ou de dor, mas por não saber como fazê-lo. Simplesmente isso: não sei. Por isso choro.

“O Sena: Jeanne e o noivo sentadinhos na amurada: mais um take do amor bem comportado: Jeanne, você quer casar comigo? Qui? Non? Qui mon oui non e ela atira a bóia nágua ao invés de atirar-se (arruinado o script); na bóia, lê-se l’ Atalante. Depois, ela afunda.”

L’Atalante: Jean Vigo dirigiu, em 1933, um filme cuja história é simples: um barqueiro do Sena leva para bordo — para seu mundo — a noiva, fascinada pela vida das cidades, toute une fête galante que a vida no barco recusava-lhe. Ela foge com um jogador. A canção temática de Maurice Jaubert aparece como o leit-motif através do filme até culminar em uma cena surrealista, onde os amantes separados sonham-se mutuamente a se buscarem pela eternidade, imersos na vastidão de um mar infinito. Tal o destino das almas presas àquele barco bêbado, vagando sem rumo numa noite chuvosa: África, Ásia, Indonésia... pugilista, ator, tocador de bongo, revolucionário na América do Sul, jornalista no Japão, rico em Paris...

O último tango em Paris: também aqui a música funciona como o leitmotif, mas na verdade há tangos para todos os gostos: há-os mecânicos, embalando as evoluções disciplinadas de dançarinos anônimos, amorlos como bonecos feitos cera; há o tango indisciplinado indecente que o casal sem nome opôs à ordem do salão. Foi demais.

Jeanne cai fora, talvez porque tenha se cansado do sabor de veneno daquele tango a dois. Despede-se e, strange, she holds me cock, not my hand. Um pinto andante: sim, é isso que a persegue por ruas onde, agora, todos os tangos convergem, reduzidos que foram a um só.

Nomes, eu quero nomes. Que importa onde iremos nos amar? Estive na Ásia, África, Indonésia e agora achei o amor. Qual é o seu nome?

(Tiro: Jeanne com um revólver fume-gante): “Eu não sabia seu nome. Ele me seguiu pela rua, tentou me violentar, eu não sei quem era. É um louco”. Jeanne não imagina uma história para os interrogatórios policiais, ela apenas cria a verdade que lhe permite reinscrever-se no tango nosso de cada dia. “Je sais pas qui c’est, je sais pas son nom, c’est un fou”.

Mas o tango cotidiano, depois da arte de amar? Se queres sentir a felicidade de amar, esquece a tua alma.

A alma é que estraga o amor. Só em Deus ela pode encontrar satisfação. Não noutra alma.

Só em Deus — ou fora do mundo.

As almas são ir-comunicáveis.

Deixa o teu corpo entender-se com outro corpo

Porque os corpos se entendem, mas as almas não.

Por sobre os telhados da cidade, deixo minha, herança, pois que morto, ainda espero: The children will remember... Ou um chiclete grudado no parapeito da varanda.

C’est peut-être du cinéma... (Luiz Carlos Rezende)

Cabeças cortadas

Dez anos depois o que significa o hermético, envolvente e talentoso jogo estético-simbólico de Glauber Rocha?

Os dois planos-sequências iniciais de “Cabeças Cortadas” (1970) praticamente fornecem a chave para se penetrar no intrincado mundo simbólico armado por Glauber Rocha. No primeiro a câmara aproxima-se lentamente de Diaz II (Francisco Rabal), que fala alternadamente pelo telefone com duas pessoas de Eldorado (local/país fictício onde também transcorria “Terra em Transe” - 1967). O espectador é então conduzido a construir pela fala incessante de Diaz II, sem ouvir os seus interlocutores, todo um passado de dominação, uma vida afetiva, e o atual ostracismo de um ex-ditador latino-americano. As referências são múltiplas, lançando-nos de um país a outro, sugerindo-nos fatos, mas principalmente deixando o campo aberto para a especulação, e mais ainda para a dúvida. Quem seria o idealista que Diaz II lamenta ter sido morto? Marighela? Quem seria Beatriz? Talvez Evita Perón? Nada porém é certo, não se concede a mínima pitada de veracidade. Talvez visando embaralhar um pouco mais e seu caleidoscópio histórico-político, Glauber faz com que o ator propositadamente confunda os dois aparelhos em que fala, alternando-os illogicamente. O importante a reter desta longuíssima tomada: estamos diante de um ex-tirano, de um opressor em sua reta final, vendendo propriedades, criando fundações culturais, talvez num ato derradeiro de redenção.

O plano-sequência seguinte não possui nenhuma ligação em termos de continuidade narrativa com o precedente, o que será uma constante na estrutura do filme, e tanto pode ser um flash-back como uma visão onírica de Diaz II. Subindo uma colina surge a figura fantasmagórica de Pierre Clementi empunhando uma foice. O ator pára no topo, a câmara movimenta-se em panorâmica e enquadra um grupo de populares que avança carregando um cego. Neste ponto estão introduzidas as figuras centrais que se oporão e interpenetrarão no decorrer do filme. Diaz II entra pela direita do quadro (como se este fosse um palco) e tenta distribuir dinheiro aos populares sendo rechaçado a risos. A estranha personagem com a foice penetra em cena pela esquerda (Diaz II sai do quadro) e cura o cego com a sua saliva. Quando indagado por Diaz II, que retorna, como conseguira aquilo, apenas deixa escorrer da sua mão, enigmáticamente, um punhado de terra.

Uma leitura global do filme, o qual se articula pela justaposição de planos aparentemente desconexos e com significações às vezes independentes, nos permite fazer emergir do emaranhado simbólico a estrutura narrativa básica, que já se configurava nos dois planos iniciais: os opressores (Diaz II e personagens circunsdantes) dominam um povo “cego” que aparece sempre ocupando toda a extensão do fundo da tela e só adquire sua força e potencialidade no final, através da intervenção iluminada do personagem representado por Pierre Clementi. Mas este “poder” do povo não advém deste “salvador”, ele apenas age no sentido de liberar e catalizar as forças populares obstruídas, o que se realiza através de um duplo polo simbólico: a terra (daí a referência da areia na mão já no 2º plano) e a mulher (o coroamento final da camponesa diante do povo, que cadenciadamente bate palmas).

Mas “Cabeças Cortadas” não se resume à demonstração estética desta “verdade” histórica, deste desenvolver de

forças sociais (no rumo de uma superação. Vai mais adiante e pretende delinear as origens desta situação (o plano de Diaz II na lama contrapontado pela narração da história de Eldorado por ex.) e ainda descrever o processo de degenerescência e loucura do ex-ditador (trechos em que Glauber significativamente abandona os planos-sequências e parte para uma montagem mais ágil, no ritmo da loucura).

Cinema e agitação

A deconstrução do filme de Glauber pode ser levada à exaustão, as significações surgem com o aprofundamento da análise detalhada. Aliás os franceses se deliciaram competentemente com isto, como comprova o ensaio de René Gardies sobre as obras de Glauber Rocha.

Mas e o público brasileiro, proibido de ver “Cabeças” por dez anos, o que teria a retirar hoje do filme além do seu hermético, envolvente e talentoso jogo estético-simbólico? Talvez se fixar um pouco mais na sua vertente política. Seria bom lembrar que Glauber realizou esta obra após a experiência de um filme projetado para ser um repensamento do cinema político (“O Leão de Sete Cabeças” - 1969), que também não aportou ainda por aqui. O cineasta declarava em 1970 à imprensa francesa: “Antes da revolução em regime capitalista faz-se cinema de agitação. Ainda não se trata de educar o povo, mas de exaltá-lo e de apressar uma explosão revolucionária”. Em toda sua complexidade, seria possível enquadrar “Cabeças Cortadas” como um filme de agitação? Ou Glauber sempre foi confuso e contraditório em suas declarações?

No entanto, fica do filme a imagem da exacerbada tendência vanguardista que pontificava a atuação política no Brasil do fim da década de 60. Rebatia-se para o terreno artístico o militarismo, a guerrilha, enfim a necessidade da presença de uma vanguarda iluminada despertando o povo, revelando e liberando as suas potencialidades.

O país, sua composição social, o papel dos políticos e intelectuais se transfiguraram consideravelmente nesta última década, e não tivemos ainda a oportunidade de constatar estas transformações, em termos de obras, do artista Glauber. Nos chega agora a sua realização mais recente, o curta-metragem “Di Glauber” (1977) que acompanha “Cabeças”, mas este é na verdade uma feérica abordagem da obra do pintor Di Cavalcanti, da sua morte, tudo executado com a violenta explosividade característica do cineasta. Mas é no plano da política que se indaga o que teria Glauber para apresentar hoje.

A “geração cinema novo” sofreu fortes abalos com a crise do populismo e da aliança de classes que culminou com o golpe de 64. Em “Di”, Glauber parece pagar seu tributo a este peso histórico quando desliza a câmara da imagem do pintor para a sigla JK, indo terminar na foto de Jango. Cumpre verificar como ele superou os fantasmas do passado, o que se torna impossível se nos atermos às suas conturbadas declarações à imprensa.

Aguardemos portanto “A Idade da Terra” (1980?), aliás lembrando que terra para Glauber significa simbolicamente povo, como vimos em “Cabeças Cortadas”.

(José Mario Ortiz Ramos)

Novos Ventos na Bienal de S. Paulo

O pintor Ernest Pignon-Ernest, escapando do mercado de arte, do "estético", sem cair na gratuidade, no gueto das manifestações de vanguarda, foi um dos grandes destaques da XV Bienal.

Jorge Coli

Tentando estabelecer um panorama de dois anos de manifestações artísticas significativas, acrescido de uma retrospectiva de todos os premiados desde 1951, a Bienal que se encerra foi pouco clara, caótica. O público se viu confrontado com uma grande quantidade de obras - por vezes de altíssima qualidade - da produção nacional e internacional, sem nenhum apoio didático, exceto o catálogo, volumoso e caro, mas mal feito e incompleto.

Na desordem geral, desaparecia o alcance da obra de Ernest Pignon Ernest, como quase desaparecia, no terceiro andar, a beleza dos quadros de seu homônimo mais velho, Édouard Pignon, que havia sido premiado em 1951 (prêmio de pintura para estrangeiro). Os dois Pignon - que não têm nenhum parentesco familiar - se irmanam em algumas coisas. Por exemplo, no amor que têm pelo sul da França. Ernest Pignon Ernest, o moço, é originário de Avignon, onde reside, e Édouard Pignon, o velho, adotou a Provença nos anos 1940, trabalhando com Picasso em Vallauris, com Jean Villar em Avignon. Hoje ele envelhece em Olioules, perto de Toulon, onde tem sua casa: um lugar de silêncio, cercado por ciprestes, dominando o azul do Mediterrâneo.

Ambos se irmanam também na vontade de dar um sentido social, político à arte que fazem. Se a velhice de Édouard Pignon lhe inspira hoje os nus - soberbos - que podemos ver na Bienal, ele alcançou o momento mais enérgico de sua pintura no imediato pós-guerra, no instante mesmo do agudo debate sobre a propriedade ou improprriedade, o dever ou a recusa da arte em empenhar-se social e politicamente, pintando seu quadro mais célebre, o *Operário morto*.

Os tempos passaram. Nos anos quarenta, Édouard Pignon, o velho, fez (como continua fazendo) o que sabia, o que podia: uma pintura a óleo, sobre tela, com incursões pela cerâmica, pelo teatro, resistindo à tentação dos formalismos abstratos nos últimos vinte anos, produzindo seus *Veleiros*, suas *Catalãs*, seus *Colhedores de uva*, magníficos na organização ampla do espaço, no ritmo calmo, monumental dos volumes.

Hoje, para Ernest Pignon, o moço, a qualidade de fazer artístico tradicional, mesmo que este fazer se coloque a serviço de uma luta social, aparece como insuficiente. E aqui surge, na sua atitude, o esforço de uma consciência diante de um contexto conflitual.

Esforço. Pignon, o moço, é desenhista, com um trabalho minucioso, lento, refinado. Recentemente, em Nice e Toulon, ele expôs os desenhos preparatórios de suas obras definitivas. Sobre o papel branco, largo, pouco a pouco apareciam, já com a carga definitiva de luz, sombra e modelado, a boca, o nariz, as mãos, o olhar de Rimbaud. Sem utilizar apoio fotográfico, como os hiperrealistas, auxiliado apenas por seu perfeito domínio técnico e pelo amor do fazer. Sensibilidade de nuances, de delicadezas, do detalhe indizível.

Mas o pudor do artista impediu, durante muito tempo, a mostra desses esboços. E a obra de Pignon o moço - que

ele reconhece como sua - situa-se numa outra proposta. Seus desenhos levam-no a realizar grandes serigrafias, tiradas às centenas, sobre papel barato. Elas irão recobrir as paredes da cidade, em concorrência com os alienantes cartazes publicitários. Não mais "obras", mas múltiplas tiragens da mesma imagem, destinadas a perecer nos lugares em que foram coladas, destinadas a lembrar, alertar, chocar: são o que o autor chama de "imagens-intervenção".

A ele, só interessa a figura humana, o corpo - e a violência física se torna um de seus temas mais constantes. Foi assim que as escadarias de Montmartre e das estações do metrô de Paris cobriram-se de cadáveres, quando do centenário dos massacres da Comuna, foi assim que no Havre, em Grenoble, em Nice, as paredes marcaram a denúncia dos sofrimentos causados pelos acidentes de trabalho, das deformações físicas provocadas por condições absurdas de esforço. Em Nice, cidade racista por excelência, as imagens acusavam a dura condição de vida dos trabalhadores norte-africanos. Em 1978 apareceram, em Paris, múltiplos Rimbauds, apelo a uma memória poética da revolta, de liberdade.

Referi-me a esforço e consciência. Produzindo essa arte de impacto, o artista violenta sua vocação primeira, de desenhista refinado. Mas assim ele consegue fugir ao domínio e condicionamento do mercado de arte tradicional: não produzindo objetos de valor, não participa, como fabricante, da venda da beleza para uma elite. E, embora suas imagens-intervenção possam parecer de pouco peso frente à massa de imagens destinadas a provocar, a acelerar o consumo, elas não revelam somente o esforço de sua consciência: mostram uma busca efetiva de soluções alternativas para as funções da arte.

Assim, as serigrafias (que, sem dúvida, são belas e vigorosas) apresentadas enquanto "objetos artísticos", como o foram na Bienal, perdem sentido. E perdem, também, muito de seu valor polêmico e poético. Pois, afixadas nos muros, geram uma nova poética na relação com a cidade, com o lugar em que estão inseridas: à beleza do desenho acrescenta-se a beleza das degradações do papel, dos rasgos, da cumplicidade por vezes insólita, surpreendente com a paisagem, os seres, os objetos que a envolvem. Elas não têm a eternidade monumental dos murais; efêmeras, recuperam poeticamente o tempo.

Pignon o moço conseguiu manter-se em equilíbrio - embora de modo muito particular e específico - no centro de um problema grave: escapar do mercado de arte, do "estético", sem cair na gratuidade, no gueto das manifestações de vanguarda destinadas a minúscula elite de interessados, pois suas preocupações sociais e humanas dão uma razão profunda ao ser de sua arte. E, além disso, criando quase sem querer, na relação com a cidade, um universo poético fecundo e novo, ele abre perspectivas insuspeitadas para o futuro de seu próprio trabalho. Na produção artística contemporânea, Ernest Pignon Ernest é uma exceção de importância considerável.



Naquele pequeno espaço do pescoço...

Resenha do livro de Flávio Aguiar, "Os caninos do vampiro", Ed. Ática, S. Paulo, 111 pág.

São quatro, ou melhor, três contos e um poema-conto, que levam o leitor a seguir as aventuras e desventuras dos esculpturados tipos criados pelo autor. Em todas as narrações há um personagem central - que se explicita na primeira pessoa do singular - em meio às circunstâncias que o envolvem, apesar dele mesmo. Na verdade, poder-se-ia dizer que esse personagem não age, mas re-age. Em estilo curto e seco (mas não frio), Flávio Aguiar vai desvelando, com o ritmo indiscutível de bom narrador, as pequenas nuances de uma casa, de uma rua, de uma relação pessoal, de algum par de olhos azuis fiéis, de algum segredo adolescente. O gosto pela criação de tipos e cuidado com o que transparece nas suas descrições, onde qualquer detalhe tem importância, vão deixando ao leitor uma infinidade de imagens que só o visual supera. Sim, o narrador Flávio Aguiar é cinematográfico em sua criação, é um artesão das imagens.

No primeiro conto (A senhora de Chaffardelle) ele nos apresenta uma estória onírica (não diria fantástica, pois o fantástico guarda, no seu exagero estético do real, alguma concretude), cujo estilo sabe ao começo do século. Trata-se de uma estória onde um toque de bruxaria é insinuado, e o inusitado chega a deixar um traço de sorriso no leitor. No segundo conto, mais "existencial", aí todos nos reencontramos. Flávio Aguiar tece na experiência de um adolescente num colégio de padres (e quem não teve,

já, alguma?). "O ônibus", a terceira estória, permite ao autor mergulhar no absurdo. Uma simples viagem São Paulo-Rio transforma-se numa incrível e inesperada aventura até as fronteiras do sul do país, e na esteira do faroeste, suspense e absurdo é desenhada a trama das relações pessoais desse agitado conto. Finalmente, no poema-conto as errâncias do desassossego são expostas, numa espécie de homenagem a Clarice Lispector (da "5ª história"). O autor, em confronto com uma barata, engendra sua reflexão poética (um confronto aparentemente desmedido: 3 x 1 cm a barata, 1,83 cm o autor).

Ao final do livro tem-se a impressão de um contista - com o inegável germe do bom cronista - que quer marcar a vida como aventura, perigo (já o dizia mestre Guimarães Rosa), como absurdo. O que menos conta é o fio da meada. Não há fio da meada, e o peso da trama literária recai nos pequenos incidentes, nos mínimos tremores do perceber. O leitor, carregado pelo ritmo deslizante da leitura, se vê, ao fechar o livro, sem arremate.

Uma palavra, ainda. O poema-conto surge. É aquele que nos prende à terra e cuja mensagem enterra os caninos em nosso pescoço. Se as Musas inspiraram mais do que o autor na narrativa, entoaram docemente o autor poesia. Os caninos - em seus duros lamentos - deixam marcas indeleveis, "naquele pequeno espaço do pescoço...". O autor, sem dúvida, tem sua alma. (Rachel de Andrade)

A mão armada do machismo

A violência permanente sobre as mulheres

Por Lígia Rodrigues e Maria Alice Rocha

No dia 18 de maio de 1979, um grupo de 100 mulheres, atendendo ao apelo do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e do Centro da Mulher Brasileira, reunia-se em frente à agência Rio Branco do Jornal do Brasil, realizando o que foi a primeira manifestação de rua do movimento feminista no Rio de Janeiro. O que motivou tal manifestação foi o fato de que 8 recepcionistas do JB haviam sido sumariamente despedidas: a primeira, após ter reclamado por ter sofrido um ato de agressão sexual — o editor Isaac Pilcher passou a mão nos seus seios — e as outras 7 por terem se solidarizado com ela e protestado contra a sua demissão. Se esse caso suscitou tanta mobilização foi porque chegou aos ouvidos de militantes feministas. Mas fatos como esse acontecem todos os dias pois para a mulher que trabalha, o cotidiano é feito de «cantadas» e agressões por parte de colegas e chefes (esses, inclusive, se aproveitando de sua condição de poder). Quantas mulheres, como essa recepcionista, não terão perdido seus empregos por terem reagido?

Um outro caso, desconhecido da imprensa, mas extremamente «pitoresco», ilustra as agressões de que as mulheres são vítimas pelo simples fato de andarem na rua: «Sonia Maria saía da praia na companhia de sua filha de 3 anos e repentinamente foi agarrada por trás por um indivíduo de nome Bismarck que lhe mordeu a bunda! Se a cena não tivesse sido presenciada por 2 policiais o caso teria parado aí. Mas com 2 testemunhas tão «inquestionáveis», Sonia decidiu dar queixa e Bismarck foi enquadrado na Lei de Contravenções Penais. O detalhe revelador é que o advogado de defesa sugeriu ter havido provocação pois Sonia vestia um short ou nas palavras por ele usadas: «exibia ostensivamente as coxas». Aí se percebe a idéia feita de que as agressões de rua são um tipo de «paquera» ou ligadas a alguma forma de atração sexual. A verdade é bem outra: um homem que quer paquerar uma mulher não morde sua bunda, nem tampouco lhe faz observações obscenas. Essas são atitudes de agressão, que nos humilham particularmente por reduzirem nossa sexualidade a um objeto: são umas das tantas maneiras pelas quais se manifestam o desprezo e o desrespeito com que nós, mulheres, somos tratadas nessa sociedade. Pensando quão frequentemente hesitamos ou deixamos de sair sozinhas por medo destas humilhações é que entendemos o quanto essa violência é uma arma eficaz para nos manter submissas e dominadas.

A violência está dentro de casa

Mas a rua não é o paleo da violência maior que se abate sobre a mulher. Dentro de casa, a condição de submissão ao marido, sacramentada pela legislação, a coloca na posição de vítima em potencial: é tratada com desigualdade pelo Código Civil, não tem a proteção do Código Penal que não configura o estupro dentro do casamento, nem da justiça que hesita em todas as suas instâncias em levar adiante suas queixas de espancamento. Não é de espantar o número

casos de mulheres espancadas dentro de casa e até mesmo assassinadas, que se pode recolher na imprensa diária. Um exemplo disto é o caso de Miriam Mello (ver JB, maio 79), que depois de 15 anos de maus tratos e espancamento por parte do marido, decidiu separar-se e acabou sendo por ele assassinada.

Já o caso de Isis M. dos Santos (ver JB, agosto 79) ilustra também outra forma de violência que ocorre dentro da família: durante algum tempo ela suportou o fato de que seu marido, além de espancá-la, obrigava a filha de 13 anos a manter relações sexuais com ele. Quando Isis tentava impedir era violentamente agredida e, um dia, transtornada, matou-o com 5 tiros. Um caso como esse deve perturbar aqueles que querem nos fazer acreditar que o estupro é sempre obra de marginais, assassinos ou doentes mentais. Essa tese é reforçada pela imprensa pois a maioria dos casos de estupro que chegam a ela está relacionada com assaltos, assassinatos e outros tipos de violência. Entretanto, sabe-se que o estupro não só é sub-relatado como na maioria dos casos o estupro tem relações próximas com a vítima. Recentemente, um exemplo particularmente chocante dessa situação ocorreu em Campinas, SP. Aldo Ian, 21 anos, estudante da PUC, tentou violentar Rose Maristela, amiga de sua namorada Mônica. Como ela reagisse, Aldo deixou-a sem sentidos e assassinou-a com 49 golpes de tesoura!

Prostituição: violência permanente

Existe uma categoria de mulheres para as quais a violência começa com o próprio meio de subsistência: as prostitutas, que empurradas pela miséria e pela inexistência de alternativas são obrigadas a vender o próprio corpo. Sobre elas paira sempre o espectro dos cafetões, da polícia e da violência dos próprios clientes — a ameaça de morte faz parte do seu dia a dia. Recentemente, Maria Regina, prostituta da Boca do Lixo de São Paulo, foi assassinada por mais um jovem de boa família, Dan Brum, estudante de odontologia. Isto provocou a revolta de suas colegas.

Os policiais reagiram prendendo e torturando barbaramente algumas delas e «desaparecendo» como Rose há algumas semanas.

Se a justificativa de «desequilíbrio mental» não é válida para a maioria destes violadores e assassinos (embora evidentemente existem casos em que isto acontece), não podemos menosprezar o papel que joga o conhecimento da possível impunidade. Essa impunidade dos assassinos de mulheres é uma constante na justiça brasileira e aí estão para prová-lo casos como os de Angela Diniz, Araceli, Claudia Lessin Rodrigues. E se essa impunidade é também a da classe dominante, à qual pertencem seus assassinos, ela é a consequência lógica do caráter patriarcal de nossa sociedade. Todos esses homens, desde os «famosos» «Doca» Street e Michel Frank até os numerosos filhos do povo que só merecem uma pequena coluna no «O Dia», nada mais são do que a mão armada da «doença social» chamada machismo.

Iramaya Benjamim

(do CBA do Rio de Janeiro)

Creches perto dos locais de trabalho das mães ou dos pais?

A meu ver, o feminismo, isto é, a luta pela emancipação da mulher da tradicional tutela masculina, vem sendo desenvolvida de maneira errada não só no Brasil como em muitos outros países. Isto porque essa luta deve, na minha opinião, ser levada indiscriminadamente por homens e mulheres, pela sociedade em geral, visto que se trata de uma luta eminentemente social: o que se pretende é transformar a sociedade, mais do que alcançar esta ou aquela reivindicação. O que se deve ter por objetivo final é a transformação de toda uma mentalidade machista, que não permite à mulher salário igual para trabalho igual, acesso a determinadas carreiras etc.. etc.

Então, quando as mulheres se unem entre si, contrapõem-se aos homens, fazem uma política errada, transformando-se, a si próprias, em verdadeiros quistos dentro da sociedade, o que não as leva a nada.

Se se conseguisse despertar os homens para a justiça do mérito da luta feminista, mostrando a eles o seu alcance social, aí, sim, essa luta se transformaria em um



verdadeiro movimento social com multíssimos maiores possibilidades de êxito, e colocações errôneas tais como a reivindicação por «creches perto dos locais de trabalho das mães ou dos pais», visto como o cuidado com os filhos deve caber tanto à mãe quanto ao pai. Isto apenas para se dar um exemplo.

Portanto, acho que, antes de se lutar por esta ou aquela reivindicação particular, o que só faz diminuir o movimento, deve-se, sim, tentar carrear toda a sociedade, homens e mulheres, indiscriminadamente. Para essa luta, que não visa beneficiar só as mulheres, mas a sociedade como um todo.

Iramaya Benjamim
em dezembro 79

Itala Nandi

(atriz)

A legalização do aborto é inadiável

Em depoimento sobre a condição da mulher e o feminismo, a atriz Itala Nandi ressaltou a necessidade do movimento se estruturar a partir de ações concretas como a criação de creches, a luta pelo aborto livre e pela criação de centros contra o espancamento de mulheres e de crianças. Só assim, diz ela, «podemos chegar a uma politização maior da mulher e do homem porque, muitas vezes, por submissão excessiva da mulher, não se mostra aos homens o comportamento que eles têm».

Considerando a luta das mulheres como integrante do próximo movimento histórico, a revolução dos oprimidos, Itala vê a conscientização da mulher sobre sua condição como um passo fundamental para a conquista de um novo papel social. Só através da conscientização a cultura e a problemática femininas serão reveladas. Se algumas mulheres se liberaram, a nível individual, todas as mulheres podem se liberar. E, citando Brecht, «se uma pessoa sabe cantar, todas sabem cantar», reafirma a possibilidade que todas as mulheres têm de criar condições para a realização desse potencial.

Os maridos não podem continuar impunes

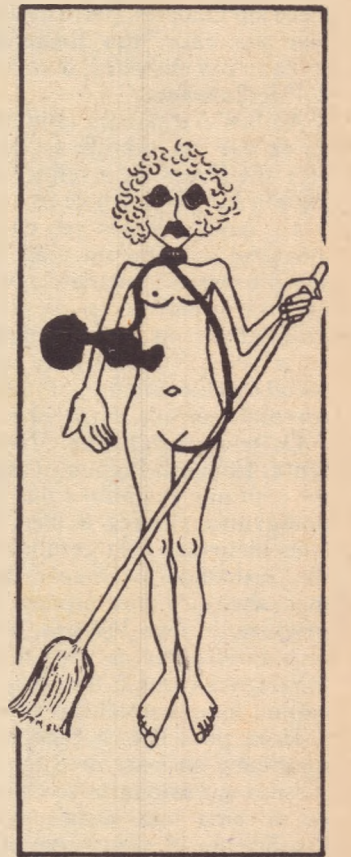
Em relação às creches, propõe um planejamento setorializado, uma creche a cada seis quadras, e para isso acha importante que tanto o Estado quanto outras entidades, associações culturais e sindicatos, se conscientizem da importância das creches e contribuam para sua instalação. Sua proposta de criação de pronto-socorro contra o espancamento de mulheres e crianças assemelha-se ao que já existe na França. A criação de abrigos para mulheres e crianças espancadas não só tem por objetivo imediato, o de oferecer um espaço a essas pessoas, como, a nível social, leva a público a discussão da impunidade dos maridos e companheiros. A própria criação dos centros, segundo Itala, «politiza a população pois se passa a discutir o porquê da existên-

tência de órgãos contra o espancamento». Se na França, «um país extraordinariamente evoluído, onde as mulheres conquistaram muitos direitos que nós não temos, 65% das mulheres apanham, aqui, neste país subdesenvolvido deve existir 100% de espancamento».

Quanto ao aborto, Itala defende «o direito de primazia da mulher na decisão. A mulher tem uma responsabilidade maior porque a criança vai ser gerada dentro dela. Suas condições psicológicas é que influem na criança, não as do homem. Assim, a mulher tem que optar por não ter o filho ou ter dez filhos com a vontade suprema dela, não sua vontade relativa. Cabe de fato à mulher a última palavra com relação a ter ou não ter a criança. Por isso sou absolutamente a favor do aborto porque o que tem de mulher que pare sem querer é a maioria da maioria da maioria. Tenho a impressão que a maioria das mulheres tem o filho porque engravidou por acaso ou porque seu companheiro quer muito. E acho isso uma injustiça».

Por um salário-criança

Para Itala, a questão da legalização do aborto não deve vir sozinha. Considera que «o Estado pode legalizar o aborto e, ao mesmo tempo, criar o salário-criança. Isto ajudaria a mulher a pensar na possibilidade de ter o filho, assegurando a ela um mínimo de condições financeiras». Para ela, seria imprescindível uma conscientização sobre o significado do aborto mas acha positiva sua legalização «mesmo que seja vertical, mesmo que não atinja todas as mulheres, é positivo que a mulher possa optar livremente sobre o que ela vai criar. Acho que a mulher deve ter, acima de tudo, o direito de escolher, independente de ela estar em boas condições financeiras, independente dela ter uma boa relação com o companheiro, independente de qualquer coisa. Ela tem que se permitir o direito de pensar nela naquele instante».



sem culpa, de pensar nela como um ser que pare outro».

Da mesma maneira que é importante a conscientização sobre o aborto, Itala aponta como prioritário o acesso à informação sobre

os anti-concepcionais já que no Brasil «não há nenhuma cultura informativa. Agora, depois de 20 anos, as mulheres que tomaram pílulas nos anos 60 começam a ter problemas. Agora é que analisam os efeitos colaterais da pílula e eu mesma tive problemas de nódulos nos seios por causa da pílula».

Finalizando seu depoimento, Itala afirma que «o que falta à mulher é consciência de classe pois as mulheres são uma classe social. Por isso seus problemas têm que ser resolvidos a nível coletivo e não individualmente como tem sido feito».

Poema bancário

Sr. Editor:
Tendo já publicado pelo «EM TEMPO», os poemas: «BANCÁRIO», «SALVAR EM TEMPO» e «PARTIDO DOS TRABALHADORES», solicito que me seja dado o direito de publicar «JORNAL DO BANCÁRIO».

Trata-se de um poema expondo os pontos de vista da Oposição Sindical Bancária da Paraíba que deverão nortear os rumos a serem seguidos pelo Jornal do Bancário, uma publicação a ser lançada no começo de 1980 que pretende ser de tiragem mensal. Assim que for lançado, enviaremos um exemplar para vocês.

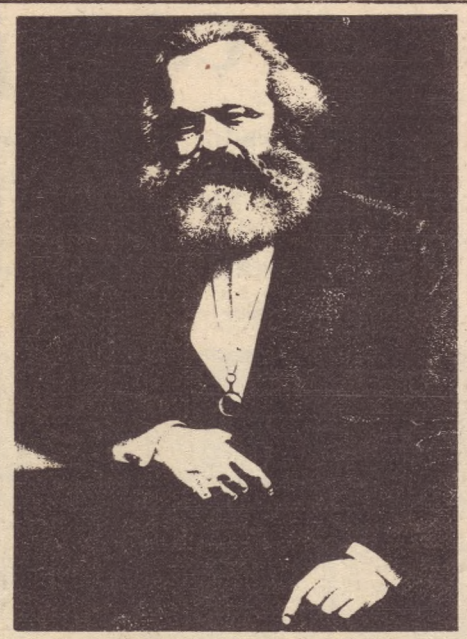
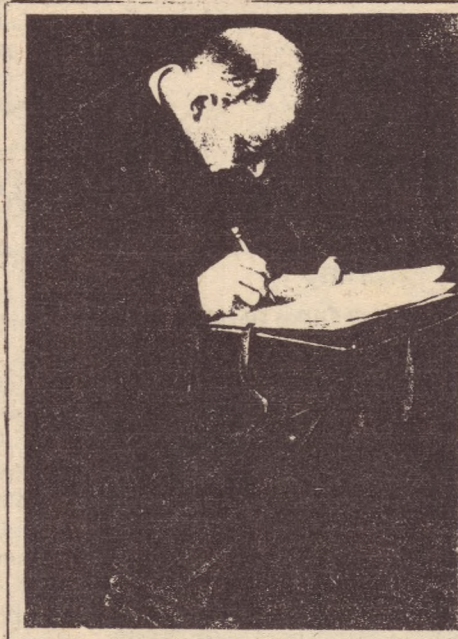
Certo de que serei atendido, aqui fico, antecipadamente grato.

Aproveito o ensejo para desejar a todos que fazem o «EM TEMPO», que 1980 seja um ano de lutas e conquistas para a imprensa alternativa de nosso sofrido país.

José Francisco de Souza

Jornal do bancário

Pela autonomia sindical
Contrário ao seu imposto
Façamos um Jornal do Bancário
Com boa vontade e gosto.
É preciso organizá-lo
Dando força ao bancário
Lutar pelos nossos direitos
Defender-nos de modo ínvio.
Pela liberdade de expressão
Como expressão da liberdade
Um órgão de todos os bancários
Na divulgação da verdade.
Por um sindicalismo livre
De pelegos e da tutela oficial
Que lute pelos bancários
Em todo plano social.
Melhores condições de vida
Para nossa categoria profissional
Com férias pagas em dobro
Para o trabalhador nacional.
Integral seja nossa aposentadoria
Integrados estejamos na luta
Visto que a história do dia a dia
É sempre uma sucessão de disputa
Com consciência de classe
Ou na luta por esta consciência
Juntemos nossos esforços
Com jeito e muita ciência.
O bancário é um trabalhador
Como qualquer operário
Pois apesar da aparência
Não passa de um proletário.
João Pessoa, 21/dez/79



uma política fundamentalmente nova»

...to do artigo «A história prega suas peças», de Fernando Claudin, publicado na edição nº 71 de EM TEMPO, o leitor Renato Silveira nos envia desde Paris uma réplica, da qual publicamos aqui alguns trechos:

“É preciso reconhecer logo de saída que o artigo de Claudin é bem estimulante para a continuação deste debate no Brasil e que tem méritos indiscutíveis. Entretanto, a restrição maior que se pode fazer a ele é que, ao tentar sair dos limites da polêmica de 1918 o faz timidamente, concluindo mesmo com uma espécie de conciliação, já que a história teria dado razão a Lênin contra Kautsky e a Kautsky contra Lênin: o caminho proposto pela Social-democracia teria levado o movimento operário a derrotas catastróficas e o regime que Lênin instaurou e defendeu contra os ataques de Kautsky, teria evoluído em direção a uma nova sociedade de classes. Catástrofes, portanto, a torto e a direito. Daí Claudin tenta somar a parte de “razão” que a história teria dado a Lênin com a parte de “razão” que a história teria dado a Kautsky, tirando uma conclusão que considera uma “verdade profunda”: não se pode vencer apenas com a democracia. “Mas sem democracia é possível perder mesmo quando se pensa estar ganhando; das próprias fileiras uma nova classe dominante e exploradora tenderá a emergir”. Estas “razões somadas evitariam, de um lado, a não realização da revolução, e do outro a tendência ao surgimento de uma nova classe exploradora.

Embora em linhas gerais não se possa discordar de tal esboço, é preciso assinalar que, desta maneira, termina-se sobrevoando o problema sem poder pene-

trar nele; Claudin permanece assim incapaz de colocar a questão nos seus termos políticos mais profundos, de um ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. (...)

Uma das limitações mais sérias do artigo em questão é a insuficiência de espírito crítico em relação ao pensamento de Lênin. Sejamos objetivos: Claudin faz críticas importantes ao líder da revolução russa, particularmente à sua concepção abstrata de democracia burguesa, que ignora que esta é um produto da luta de classes e que muitos dos seus aspectos foram duras conquistas do movimento operário. Mas afirma, por outro lado, que “a posição de Lênin sobre a relação entre democracia e luta de classes sob o capitalismo é complexa e dialética, como suas posições em todos os problemas políticos”. E que ele, ao participar efetivamente de uma revolução, teria modificado e completado “sua concepção da ditadura do proletariado, tão complexa e dialética quanto sua concepção de democracia”.

Fica evidente então que Claudin hesita, se contradiz, fica cheio de dedos quando trata das concepções de Lênin; seria portanto necessário começar a aprofundar por este lado mais frágil do seu artigo, colocando realmente o leninismo em questão, para evitar que a história continue nos pregando suas peças. (...)

Ao período de transformação revolucionária da sociedade corresponde um período de transição política. Existe,

portanto, algo mais vasto e mais abrangente que a transição política. Em “Miséria da Filosofia”, Marx afirma: “uma classe oprimida é condição de toda sociedade baseada no antagonismo de classe. A libertação da classe oprimida implica portanto necessariamente a criação de uma nova sociedade”. Raciocínio claro como a luz do dia: desde que uma classe deixa de ser oprimida (politicamente), desde que ganha autonomia política, cria necessariamente uma nova sociedade; a libertação social desta classe, o fim da exploração econômica e da subordinação cultural e ideológica, se dá exatamente com a construção desta nova sociedade.

Há, é verdade, um limite no pensamento político de Marx que Gramsci percebeu muito bem e corrigiu com a concepção de hegemonia. (...)

O artigo de Claudin privilegia a diferença, realmente existente, entre o leninismo e o kautskismo. Ao fazer isto ignora entretanto a identidade fundamental entre as duas problemáticas políticas. No entanto, a diferença entre as práticas políticas de Kautsky e Lênin eram secundárias, do ponto de vista dos trabalhadores, em relação a esta sua identidade fundamental. Para tomar consciência desta identidade, teria sido preciso sair dos limites desta polêmica e distinguir a estratégia de Lênin da de Kautsky de um lado, mas sobretudo distingui-las da estratégia da Comuna e de Marx e Engels, do outro.

Kautskismo e leninismo se identificam, com efeito, pelo fato de priorizarem a ação do Estado sobre a sociedade, mantendo fundamentalmente a relação Estado-sociedade da ordem dos exploradores. Em Lênin, o partido que aparece como uma espécie de quintessência da classe operária, se identifica com o Estado, criando uma nova forma estatal que, longe de ser controlada pelos trabalhadores organizados, assume um controle tão total da totalidade dos comportamentos como nunca se tinha visto antes na história da humanidade. Em vez da classe “controlar seus mandatários”, são estes que controlam severamente a classe. (...)

Não seria justo responsabilizar Lênin pelos crimes monstruosos de Stálin, mas é preciso parar de considerá-lo um teórico e um político fiel ao pensamento de Marx, e atenuar sua responsabilidade na criação da realidade atual da União Soviética. Kautsky é responsável por uma série de derrotas do movimento operário. Mas Lênin também o é. Suas concepções e sua política colocaram as bases para a criação deste trambolho que está aí.

Marx e Engels é que não têm nada a ver com isso.

Paris, novembro de 1979

LEIA O Nº 64 DOS CADERNOS DO CEAS

- Nicarágua: a luta contra o imperialismo
- Tecnologia e necessidades básicas
- Dilemas da produção científica no Brasil
- A tecnologia e a questão nacional
- O massacre de Ipatinga
- Psiquiatria e repressão: o caso Galdino
- O «Povo» dos bispos e o Povo real
- Marxismo, Cristianismo e luta de classe
- Certeza na vitória: trabalhadores do Acre

Centro de Estudos e Ação Social — CEAS
Rua Aristides Novis, 101 — Federação
40.000 — Salvador — BA
Assinatura 1980 (6 números):
normal Cr\$ 400,00
estudante Cr\$ 340,00

Número avulso: Cr\$ 80,00 nas melhores livrarias

Convite — CBA/RS

Dia 17 de janeiro, as 20 hs na Assembléia Legislativa será realizada a reunião de reestruturação do CBA — núcleo gaúcho. Na pauta da reunião além da escolha de uma nova diretoria, serão deliberadas as formas de encaminhar as decisões do IIº Congresso da Anistia, Salvador.

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRAÇÃO: Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flavio Aguiar, Flavio Andrade, E. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadei, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alt, Tom Duarte. Suplentes: Lucel Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Mendes.
DIRETORIA: Flávio Aguiar (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadei, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.
EDITOR CHEFE: Flavio Andrade.
DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Pappi.
CIRCULARES: BELO HORIZONTE — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Tel: 335-7773.
PORTO ALEGRE — Av. Osvaldo Aranha, 140 — 2º andar — SALVADOR — Av. João Angelica, 8, sala 44. FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel: 226-8004.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A. — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 794 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

Rya Matheus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo CEP: 05415

Telefones: 280-4759 — 853-6680

cadernos do
CEAS

NICARÁGUA
Tecnologia
Puebla

Ipatinga
Galdino

64

Qualquer cidadão de grande cidade, acostumado aos protestos populares, que por alguma razão passasse a tarde do último dia 10 de dezembro no pequeno município de Frederico Westphalen, na região do Alto Uruguai, no Norte do Rio Grande do Sul, ficaria surpreso. O sol, como sempre, estava forte. A maioria das janelas que dão para a rua principal revelava a presença de senhoras curiosas e preocupadas. As casas de comércio tinham as portas fechadas. E os pequenos grupos que se formavam, aqui e acolá, só falavam sobre uma prometida "grande manifestação de agricultores, que, no entanto, não acontecia.

De repente, dez crianças de braços dados dobraram uma esquina, carregando um cartaz: "Queremos Justiça". Atrás delas, 100 agricultores. Atrás deles, vários caminhões, diversos ônibus, muitos tratores, todos apinhados de colonos, que lançavam para o céu as suas mãos fechadas e gritavam: "Chegou a nossa hora". E a cidade surpresa e paralisada, via a hora de mais de cinco mil agricultores, que a atravessaram a pé e em cima de mais de 500 veículos, entre caminhões, ônibus, tratores, camionetas, jipes, bicicletas, em direção ao Ginásio do Ipiranga Futebol Clube, para realizarem uma inédita assembleia-geral, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen, presidido por Ezídio Venelli Pinheiro.

Realizada a assembleia, a cidade ainda acompanhou uma nova passeata de mais de cinco mil agricultores, agora sob uma chuva de pingos grossos, que atravessou o centro comercial e chegou até a Catedral, onde obispo Dom Bruno Maldaner rezou uma missa.

No final, falando aos manifestantes, o bispo procurou sintetizar numa frase o significado daquele dia: «A luta não terminou».

“Queremos viver”

Na verdade, a luta mal começara. Durante os últimos seis meses de 1979, o Sindicato, diante dos muitos protestos dos agricultores e de suas famílias contra a assistência médica que vêm recebendo, realizou reuniões nas comunidades, debatendo os problemas. As denúncias e reivindicações levantadas pelos cartazes dos manifestantes testemunhavam de forma

Passeata no campo

Os moradores do pequeno município rural de Frederico Westphalen, na região Norte do Rio Grande do Sul, terminaram a década em meio a uma surpreendente manifestação de massa, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Reportagem de Felipe Ledur e Rejane Weber. Texto final de Carlos Tibúrcio.



clara os motivos que os levaram a se concentrar, em massa, na cidade de Frederico Westphalen: "Paguei Cr\$ 5.000,00 por uma cesariana"; "Saúde é vida, nós também queremos viver"; "Taquarussu clama por assistência médica"; "A mulher rural quer que os médicos sejam mais humanos".

Durante os debates realizados na assembleia, as reivindicações foram sistematizadas. Os trabalhadores exigiram: 1. Que seja cumprido o convênio firmado entre o INAMPS e o Sindicato; 2. Que terminem de uma vez por todas as cobranças ilegais de taxas-extras (particularmente nos casos de partos normais e cesarianas e no dos aposentados que têm direito à assistência gratuita); e 3. Que seja

demitido o representante do FUNRURAL, Luiz Cordeiro, "o qual não tem interesse em dar atendimento aos agricultores" (uma primeira vitória: Luiz Cordeiro foi imediatamente demitido).

Além disso, após os depoimentos de mais de 20 líderes sindicais da região e dos relatos dos casos de morte, "ocorridos por negligência dos responsáveis pelo Hospital de Caridade Divina Providência", a assembleia aprovou, por unanimidade, os próximos passos da campanha: formação de uma comissão, encarregada de levar a Porto Alegre um relatório sobre os acontecimentos do dia 10 de dezembro; nova assembleia para avaliar os resultados obtidos até então pelo

colonos; na hipótese de os resultados serem considerados insatisfatórios, envio de uma caravana, de ônibus, à capital, para levar ao Palácio Piratini, de viva voz, as reivindicações ao governador; e, caso nem isso dê resultados, autorização para que o Sindicato faça uma mobilização de caráter regional.

Força estranha

As cautelas e preparativos dos agricultores não deixam de ter suas razões. Afinal, as más condições de vida e de assistência médica que denunciam já vêm se arrastando há longo tempo. E, além disso, as reações oficiais às manifestações do dia 10 não foram nada amistosas. Nada menos de 200 brigadianos, em uniforme de campanha e portando metralhadoras, foram deslocados de Três Passos para Frederico Westphalen, para reforçar o policiamento local. A atuação dessa força estranha à cidade não se fez esperar: logo após a passeata, de modo ostensivo, começou a dissolver os agrupamentos, a patrulhar as ruas centrais da cidade e a proteger as casas dos médicos do FUNRURAL, numa demonstração clara de que os propósitos do governo são de reprimir as manifestações dos colonos.

Milhos e hipotecas

A região do Alto Uruguai é praticamente ocupada por minifúndios, cujos agricultores se dedicam ao cultivo do milho. Não faz muito tempo, no entanto, que grande parte dos colonos tentou substituir sua cultura tradicional pela da soja, devido aos estímulos prometidos pelo governo. Para obter financiamentos, acabaram hipotecando suas terras. Contudo, devido aos resultados negativos obtidos com a comercialização da soja, muitos desses agricultores encontram-se hoje endividados e com o risco de perderem os seus minifúndios.

Essa tendência, que somente agrava as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais, já é histórica na região. Do Alto Uruguai sempre foram expulsas famílias de agricultores para as fronteiras agrícolas do Oeste catarinense e para o Sudoeste do Paraná.

